

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000449/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/12/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR063952/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 13040.104309/2020-03
DATA DO PROTOCOLO: 18/12/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, CNPJ n. 28.162.857/0001-27, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). KELEM MOTTA VARGAS LONGUI e por seu Secretário Geral, Sr(a). ERIKA PITERES e por seu Presidente, Sr(a). JULIANO PAVESI PEIXOTO e por seu Diretor, Sr(a). PAULA JENAINA COSTA e por seu Tesoureiro, Sr(a). JONAS RODRIGUES DE PAULA e por seu Diretor, Sr(a). RUBENS MOTA LISBOA e por seu Vice-Presidente, Sr(a). SILVANA DE AZEVEDO CRUZ;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINEPE/ES, CNPJ n. 27.061.282/0001-93, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). BRUNO LOYOLA DEL CARO e por seu Presidente, Sr(a). MOACIR LELLIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico profissionalizante, cursos livres e idiomas; Educação de jovens e adultos, educação à distância em qualquer modalidade, ensino superior (bacharelado/licenciatura e sequencial/ tecnólogo) Pós-graduação/ especialização, doutorado e mestrado, que compõem o grupo primário e secundário da CNTEEC, com abrangência territorial em ES, com abrangência territorial em Vitória/ES.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS E MÍNIMOS DE INGRESSO

A partir de 1º de março de 2020, ficam fixados os seguintes pisos salariais e mínimos de ingresso

a) **hora aula.**

1. Educação Infantil

R\$ 8,98

2. Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 5ª anos	R\$10,40
3. Ensino Fundamental de 6º a 9º anos	R\$15,50
4. Ensino Médio	R\$20,63
5. Ensino Técnico sequencial/concomitante	R\$20,63
6. Ensino Superior sequencial/tecnólogo - especialista	R\$33,26
7. Ensino Superior Bacharelado/licenciatura - especialista	R\$35,17
8. Supletivo, preparatórios, pré-vestibulares e similares	R\$17,23
9. Auxiliar de professor 44h semanais – E. Infantil e Fund. 1º a 5º 1.673,60	R\$
10. Preceptor 44h semanais-ensino médio	R\$2.388,11
11. Preceptor 44h semanais-ensino superior	R\$4.304,44
12. Tutor 44h semanais-ensino médio	R\$2.488,10
13. Tutor 44h semanais-ensino superior	R\$4.484,66

Parágrafo primeiro - Para efeito da alínea “10 e 11”, fica definido que **Preceptor** é o profissional, com experiência e formação compatível com a função, tendo como atividade assistir, supervisionar, avaliar e orientar os alunos nos seus respectivos cursos, sob a orientação e avaliação pedagógica do professor coordenador da respectiva disciplina, quando os alunos necessitarem de vivenciarem na prática os ensinamentos teóricos do curso, cabendo a ele manter contato com os responsáveis pelos setores dos citados estabelecimentos para alocação de alunos conforme a demanda do atendimento.

Parágrafo segundo – Para os efeitos das alíneas “12 e 13” o **Tutor** é o profissional que auxilia no desenvolvimento das atividades acadêmicas, participando ativamente da prática pedagógica, mediando os processos pedagógicos, com experiência e formação compatíveis com a função e, devidamente capacitado para o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), tendo como atribuições, dentre outras: Atuar como facilitador do contato entre o aluno e o conteúdo, podendo mediar discussões com os professores titulares das disciplinas; promover espaço de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; facilitar e moderar a interação entre os alunos em fóruns, chats ou outros meios de interação virtual tais como comunidades em redes sociais ou grupos virtuais em aplicativos para telefonia móvel; auxiliar os alunos no processo de ensino-aprendizagem e no uso das diversas tecnologias de informação e comunicação utilizadas na Educação a Distância; auxiliar os alunos na organização dos estudos; orientar os alunos com relação ao ambiente virtual de aprendizagem de forma síncrona ou não; assistir ou auxiliar o docente nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem; participar de reuniões periódicas com os professores titulares; reportar problemas específicos de alunos ao professor titular; elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos.

Parágrafo terceiro – Para os efeitos do parágrafo da alínea “9” o **Professor Auxiliar** é o profissional que auxilia no desenvolvimento das atividades escolares, participando ativamente da prática pedagógica, mediando os processos pedagógicos, com experiência e formação compatíveis com a função e, devidamente capacitado com atribuições, dentre outras: Atuar como facilitador do contato entre o aluno e o conteúdo, podendo mediar discussões com os professores titulares; promover espaço de construção coletiva de conhecimento; auxiliar os alunos no processo de ensino-aprendizagem e auxiliar os alunos na organização dos estudos; participar de reuniões periódicas com os professores titulares; reportar problemas

específicos de alunos ao professor titular; elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos tudo sob a coordenação e supervisão do professor titular.

Parágrafo quarto – Considerando que o piso salarial mencionado nas alíneas de “09 a 13” já se encontra incluído o valor correspondente ao DSR e planejamento, e que será pago em valor fixo mensal, torna-se desnecessária discriminação dessas parcelas em holerite, não caracterizando em hipótese alguma o chamado pagamento compressivo.

Parágrafo quinto– O valor da hora/aula constante na alínea “1” será cumprido pelas instituições de ensino que somente praticarem a educação infantil (creche, maternal e pré-escolar).

Parágrafo sexto– Os estabelecimentos de educação infantil originários do desmembramento do ensino médio e/ou fundamental a partir da vigência da Convenção 2005/2006, comprometem-se ao cumprimento da alínea “2” - da Modalidade de Ensino.

Parágrafo sétimo - Fica convencionado que a remuneração mínima das atividades de Orientação TCC, TFG e/ou Monografia, por no máximo grupo de três orientado/ano, e apresentado, será R\$ 326,56 (trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e centavos).

Parágrafo oitavo – O valor pago para Orientação de TCC, TFG e/ou Monografia não incide o adicional de planejamento e não serve de base para o cálculo de férias e 13º salário, ou qualquer outro benefício previsto nesta norma coletiva.

Parágrafo nono – As Mantenedoras que já praticam o pagamento pelas atividades descritas no parágrafo sétimo, não poderão reduzir ou suprimir esse benefício.

Parágrafo décimo–As Mantenedoras de ensino superior observarão um intervalo salarial mínimo de 5% (cinco por cento), no piso, entre as classes de professores especialistas, professores mestres e professores doutores.

Parágrafo décimo primeiro– As Mantenedoras de ensino superior que já praticam o plano de carreira ou de cargos e salários estão desobrigadas do cumprimento do parágrafo décimo.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTES/ CORREÇÕES SALARIAIS

1. 04. Reajustes/Correções salariais

1. Tendo em vista o momento de emergência epidemiológica, social e econômica vivenciado, acordam as partes que os salários dos professores abarcados pelo presente instrumento serão mantidos nos patamares a partir de 1 de março de 2020.
2. Compromete-se as partes a discutir reajuste salarial para a categoria, a depender das condições sócio-econômicas e financeiras na ocasião, que vigorará a partir de 01/03/2021.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - JORNADA SEMANAL

05. Jornada semanal

Nos termos do artigo 59, parágrafo 2.º da CLT, fica autorizado às instituições de ensino e aos professores horistas, mediante acordo individual escrito, a estipulação de contrato de trabalho com jornada limite semanal, como forma de permitir que o professor possa concentrar suas atividades semanais num mesmo estabelecimento em um número menor de dias.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS

07. Prazo para pagamento de salários

Os salários deverão ser pagos, no máximo, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, sendo sábado considerado dia útil para todos os efeitos inclusive para concessão de férias, aviso prévio etc.

Remuneração DSR

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DO PROFESSOR

06. Composição da remuneração mensal do professor

A remuneração mensal do professor é composta, no mínimo, por três itens: o salário base, o descanso semanal remunerado (DSR) e o planejamento.

O **salário base** é calculado pela seguinte equação: número de aulas semanais multiplicado por 4,5 semanas e multiplicado, ainda, pelo valor da hora-aula (artigo 320, parágrafo 1º da CLT).

O **DSR** corresponde a 1/6 (um sexto) do salário base, acrescido, quando houver, do total de horas extras e do adicional noturno (Lei 605/49).

O **Planejamento** corresponde a 15% (quinze por cento) do salário base do professor (incluindo o DSR) do professor;

Parágrafo primeiro - A remuneração adicional do professor pelo exercício concomitante de função não docente obedecerá aos critérios estabelecidos entre a mantenedora e o professor que aceitar o cargo, ou outra norma coletiva que o reger.

Parágrafo segundo – Encontram-se inserido no valor pago ao Auxiliar de Professor, Preceptor e ao Tutor o adicional de planejamento e o Repouso Remunerado.

Parágrafo terceiro – É permitida a contratação com carga horária inferior às previstas nas alíneas “09 a 13” da cláusula 4ª desta convenção, sendo os salários proporcionais à jornada contratada, sempre observada à proporção dos Pisos Salariais.

Parágrafo quarto – O valor referência para efeito de cálculo de 13º salário, das férias mais 1/3, e das

verbas rescisórias do professor, será a média aritmética das últimas 12 (doze) remunerações.

Descontos Salariais

CLÁUSULA OITAVA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

09. Autorização para desconto em folha de pagamento

O desconto do professor em folha de pagamento somente poderá ser realizado mediante sua autorização, nos termos dos artigos 462 e 545 da CLT, quando os valores forem destinados ao custeio de prêmios de seguro, planos de saúde, mensalidades associativas ou outras que constem da sua expressa autorização, desde que não haja previsão expressa de desconto na presente norma coletiva.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

08. Comprovante de pagamento

A mantenedora deverá fornecer ao professor, mensalmente, até a data do pagamento mensal, comprovante de pagamento, devendo estar discriminados: a) identificação da mantenedora e do estabelecimento de ensino; b) a identificação do professor; c) a denominação da categoria e, se houver, faixas salariais diferenciadas, inclusive aquelas definidas em eventual plano de carreira da Instituição; d) o valor da hora-aula; e) a carga horária semanal; f) o planejamento; g) outros eventuais adicionais, h) o descanso semanal remunerado; i) as horas extras realizadas; j) o valor do recolhimento do FGTS; k) o desconto previdenciário; l) outros descontos.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS

10. Horas extras

Além das atividades previstas no parágrafo único da cláusula primeira desta Convenção, se o/a professor/a for convocado/a pelo estabelecimento de ensino para prestar outros serviços, deve ser remunerado/a pelas horas de trabalho em que permanecer à disposição do estabelecimento, com adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único – O comparecimento do professor às reuniões pedagógicas, além das atividades previstas

no parágrafo único da cláusula primeira desta convenção, quando designada fora do seu horário de aula e superior à sua carga horária contratada, e prevista no calendário acadêmico, será remunerado mediante pagamento do valor de 1 (uma) hora/aula, por hora de duração.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANEJAMENTO

11. Planejamento

É assegurado ao/a professor/a o pagamento de adicional de 15% sobre seu salário, a título de gratificação por atividades pedagógicas extraclases, não podendo haver aumento da jornada de trabalho em decorrência do pagamento desse adicional.

Parágrafo primeiro – O benefício constante desta cláusula constitui patrimônio jurídico coletivo da categoria profissional, incorporando-se ao salário para todos os fins de direito, só podendo ser suprimido por normas coletivas futuras em caso de mútuo consentimento das entidades sindicais signatárias.

Parágrafo segundo – O adicional por atividade extraclasse é sucedâneo de norma coletiva anterior, e é devido mesmo que o estabelecimento de ensino já destine parte da carga horária do docente para planejamento de atividades pedagógicas.

Parágrafo terceiro – As escolas que já destinam parte da carga horária para planejamento de atividades pedagógicas não poderão reduzir ou suprimir esse benefício, a pretexto de substituí-lo pelo benefício previsto nesta norma coletiva.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TÍQUETE ALIMENTAÇÃO

12. Tiquete Alimentação

As mantenedoras concederão a todos/as os/as professores, de qualquer faixa salarial ou carga horária, integrantes do seu quadro funcional, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, inclusive naqueles em que o docente encontre-se em gozo de férias, aviso prévio indenizado ou não, tíquete alimentação em valor correspondente a 15% (quinze por cento), sobre a folha bruta de pagamento, não computados os encargos sociais patronais, rateada igualmente entre o total dos/as empregados/as do estabelecimento de ensino, não se integrando esse benefício ao salário dos que o percebem ou fazem jus, para qualquer efeito.

Parágrafo primeiro – O tíquete alimentação previsto nesta cláusula é sucedâneo daquele previsto na Norma Coletiva Anterior, sendo devido mesmo que o estabelecimento de ensino já forneça alimentação ou tíquete de outra natureza.

Parágrafo segundo – O benefício constante desta cláusula constitui patrimônio jurídico coletivo da

categoria profissional, só podendo-o ser suprimido em normas coletiva futuras por mútuo consentimento das entidades sindicais signatárias.

Parágrafo terceiro – O benefício previsto nesta cláusula equivale ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído por lei.

Parágrafo quarto – Para aqueles que estiverem em gozo de licença médica ou em benefício previdenciário fica limitado à concessão do benefício pelo mesmo prazo de vigência da presente Convenção, ou seja 28/02/2022, independentemente de sua prorrogação nas subseqüentes convenções e, excepcionalmente, as empresas que utilizarem da MP936/2020 - transformada em Lei 14.020/2020 -, garantem até dezembro de 2020 o tíquete alimentação em valor não inferior ao praticado em março/2020.

Parágrafo quinto – As mantenedoras que se dedicam somente à *Educação Infantil* fornecerão o *Ticket Alimentação* a que se refere o caput desta cláusula no valor fixo de R\$ 186,68 (cento e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos) mensalmente.

Parágrafo sexto – As mantenedoras, originários do desmembramento do ensino médio e/ou fundamental, a partir da vigência da convenção 2005/2006, comprometem-se ao cumprimento do caput da presente cláusula.

Parágrafo sétimo – Para fins de cálculo do Tiquete Alimentação a que se refere o caput da presente cláusula, não serão incluídas na folha total de salário-base de pagamento, as remunerações destinadas ao pagamento de aulas de cursos de especialização, pós-graduação, extensão e pesquisa, menores aprendizes e estagiários, bem como, décimo terceiro salário e um terço de férias, como também, o professor/educador administrativo que ministre as respectivas aulas/atividades não será considerado para fins de cálculo do tíquete alimentação.

Parágrafo oitavo – O ticket alimentação será fornecido mediante sistema de cartão magnético contratado perante empresa autorizada pelo PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), sendo vedado o fornecimento em espécie ou “in natura”.

Parágrafo nono – O tíquete alimentação será contratado na empresa autorizada pelo PAT (programa de alimentação do trabalhador) e credenciada junto à Comissão Tripartite prevista nesta convenção coletiva de trabalho, que fará avaliação de viabilidade e aceitação da empresa junto ao mercado para seu respectivo credenciamento.

Parágrafo décimo – As empresas credenciadas deverão atender no mínimo aos requisitos previstos no *Anexo I*, que faz parte integrante da presente Convenção Coletiva.

Parágrafo décimo primeiro – Os estabelecimentos de ensino concederão, ainda, a todos/as os/as docentes, de qualquer faixa salarial ou carga horária, integrantes do seu quadro funcional, no dia 15 (quinze) de outubro de 2021, um tíquete alimentação de igual valor ao apurado na competência setembro de 2021. A concessão deste benefício, em caráter excepcional, fica limitado apenas ao mês de outubro de 2021.

Parágrafo décimo segundo – Ajustam as partes que as empresas educacionais, desde que contratarem o benefício Tiquete Alimentação nos termos previstos nesta cláusula, e com Operadora credenciada, ficarão isentas de qualquer responsabilidade civil, penal, judicial ou extrajudicial quanto ao benefício acima.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INCENTIVO AO APRIMORAMENTO

13. Incentivo ao aprimoramento

Objetivando o aprimoramento profissional, as mantenedoras assegurarão, a cada ano, a realização de pelo menos um curso de qualificação para atualização e/ou capacitação dos/as docentes, com certificação, não sendo computadas na carga horária contratada e nem consideradas estas horas como extras.

Parágrafo primeiro – Os cursos serão ofertados, preferencialmente, em dias úteis.

Parágrafo segundo – Além dos cursos a serem oferecidos pela empresa de educação, O Sinepe/ES firma, neste ato, Convênio de Educação com o Sinpro/ES, cujos termos fazem parte integrante da presente Norma Coletiva de Trabalho, bem como obrigam as Mantenedoras, através de seu representante sindical.

Parágrafo terceiro – Os benefícios previstos na presente cláusula constituem patrimônio jurídico coletivo da categoria profissional e somente poderão ser suprimidos em Normas Coletivas futuras por mútuo consentimento das partes signatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

14. Assistência médico-hospitalar

A mantenedora se compromete a contratar/manter plano ou seguro de saúde empresarial, em favor do professor que o solicitar por escrito, indicando a operadora de sua preferência, dentre aquelas conveniadas com os Sindicatos.

Parágrafo primeiro – Os valores de contribuição do plano/seguro de saúde serão custeados integralmente pelo professor ficando, desde já, autorizado a mantenedora proceder ao respectivo desconto em folha de pagamento e repassá-lo a operadora do plano.

Parágrafo segundo – O professor que se afastar para gozo de benefício previdenciário, licença sem vencimento ou por qualquer outro motivo, deverá pagar o valor mensal devido ao plano de saúde, e em caso de inadimplência por período superior a 60 (sessenta) dias fica autorizado ao estabelecimento de ensino a suspender o pagamento, independente de notificação ao Professor.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FUNERAL

16. Funeral

As mantenedoras constituirão em conjunto com o seguro de vida e de incapacidade temporária a que se refere à clausula trigésima primeira, **Garantia Funeral**, a ser prestada ao segurado ou o reembolso no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser pago aos herdeiros legais do professor, na forma estabelecida na apólice e descrita no *Anexo IV*, presente à Norma Coletiva.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CRECHES

17. Creches

É obrigatória a instalação de local destinado a guarda de crianças de até seis meses, quando a mantenedora mantiver contratada, em jornada integral, pelo menos trinta funcionárias com idade superior a 16 anos. A manutenção da creche poderá ser substituída pelo pagamento do reembolso-creche, no valor de R\$ 159,90 (cento e cinquenta e nove reais e noventa centavos) mensais, nos termos da legislação em vigor (artigo 389, parágrafo 1º da CLT e Portarias MTE nº 3296 de 3/9/1986 e nº 670 de 27/8/1997) ou, ainda, a celebração de convênio com entidade de idoneidade reconhecida.

Parágrafo primeiro: As professoras receberão o reembolso-creche, a que se refere o caput, durante os 06 (seis) meses imediatamente posteriores ao parto;

Parágrafo segundo – Ficam excluídos da presente obrigação os estabelecimentos de ensino que ofereçam serviço de creche ao recém-nascido no período determinado no caput.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA, ACIDENTES PESSOAIS E INCAPACIDADE TEMPORÁRIA

18. Seguro de vida, acidentes pessoais e incapacidade temporária

As mantenedoras implantarão seguro de vida em grupo, com cobertura de incapacidade temporária em favor dos professores, em conformidade com a apólice prevista nos anexos II e III que são partes integrantes desta CCT, assegurado, no mínimo:

- a. Pagamento de indenização, aos herdeiros legais, por morte de qualquer natureza, correspondente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- b. Pagamento de indenização na hipótese de invalidez total ou parcial por acidente (IPA) e Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença - (ILPD), ao Segurado Titular, sob a forma de pagamento Antecipado da cobertura por morte, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- c. Cobertura de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por dia de afastamento do professor, na hipótese de licença médica superior a 15 (quinze) dias, limitado o tempo total a 180 (sessenta) dias - descrito no anexo II.
- d. Cobertura de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por dia de afastamento do professor, na hipótese de licença médica decorrente de DORT (Distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho), LER (Lesão por esforço repetitivo) e LCT (Lesão por trauma continuado ou contínuo) e, superior a 15 (quinze) dias, limitado o tempo total a 60 (sessenta) dias - descrito no anexo II.

e. Auxílio Funeral em conformidade com a cláusula 19ª da presente Norma Coletiva (Anexo IV).

f. Inclusão Automática de Cônjuge – Pagamento de indenização no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), na hipótese de falecimento do (a) cônjuge.

g. Inclusão Automática de Filhos - Pagamento de indenização no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), na hipótese de falecimento de filho do (a) empregado (a).

h. Auxílio Medicamento - reembolso ao funcionário das despesas com medicamentos, utilizados para o seu tratamento, sob orientação médica, iniciados nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente pessoal coberto, ocorrido durante o horário de trabalho e decorrente de acidentes pessoais, limitado ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) contratado para esta cobertura, ressalvados os riscos excluídos e observados os demais itens destas Condições Especiais, das Condições Gerais, previstas nos Anexo II e III desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo primeiro – Quando ambos os cônjuges forem componentes do grupo segurado, os filhos somente podem ser incluídos uma única vez, como dependente daquele de maior capital segurado, sendo este denominado componente principal para efeito desta cláusula.

Parágrafo segundo – Em nenhuma hipótese o valor da contribuição do estabelecimento de ensino para este benefício poderá ultrapassar a 2% do total da folha salarial dos professores, não computados os encargos sociais patronais, nem se integrando esse benefício ao salário dos que o percebem, para qualquer efeito.

Parágrafo terceiro – As mantenedoras garantirão no período de licença médica e previdenciária o recolhimento da contribuição para custeio do seguro de vida do professor afastado do serviço.

Parágrafo quarto – O descumprimento das normas estabelecidas nesta cláusula, por parte do estabelecimento de ensino, o sujeitará às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas nesta norma coletiva:

a) Na hipótese de suspensão ou não adesão ao seguro, e na eventualidade de falecimento do professor e ou seu cônjuge e ou filho (a), pagamento de indenização por perdas e danos aos herdeiros legais, conforme valores previstos nas alíneas do CAPUT da presente cláusula;

b) Na hipótese de suspensão ou não adesão ao seguro, e na eventualidade de invalidez ou incapacidade temporária do professor, pagamento de indenização por perdas e danos, ao próprio, conforme valores previstos nas alíneas do CAPUT da presente cláusula;

c) Na hipótese de suspensão ou não adesão ao seguro multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais em favor do professor ou seus herdeiros legais, sem prejuízo das indenizações previstas nas alíneas do CAPUT da presente cláusula, limitada a multa ao valor da obrigação principal.

Parágrafo quinto – O Seguro de Vida, previsto nesta cláusula poderá ser contratado com qualquer seguradora legalmente autorizada e credenciada junto à Comissão Tripartite prevista nesta convenção coletiva de trabalho e cuja apólice esteja registrada junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, desde que o seguro contratado atenda às condições mínimas previstas no modelo de apólice, conforme Anexos II, III e IV a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo sexto – As empresas credenciadas deverão atender no mínimo aos requisitos previstos nos Anexos II, III e IV que faz parte integrante da presente Convenção Coletiva.

Parágrafo sétimo – Ajustam as partes que as mantenedoras, desde que contratarem o benefício do Seguro nos termos previstos nesta cláusula, e com Operadora credenciada pela Comissão Tripartite, ficarão isentas de qualquer responsabilidade civil, penal, judicial ou extrajudicial quanto ao benefício acima.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

15. Assistência Odontológica

Fica instituído o Plano Odontológico a ser custeado integralmente pela mantenedora, para todos os professores das Instituições Particulares de Ensino no Estado do Espírito Santo, podendo a mantenedora optar por qualquer Operadora de sua preferência nos seguintes termos:

- I** - O Plano Odontológico contratado deverá atender, no mínimo, ao Rol de procedimentos que constitui *Anexo VII e VIIA* da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que faz parte integrante dela;
- II** - O Plano Odontológico deverá possuir cobertura em todos os municípios do Estado do Espírito Santo e com abrangência nacional;
- III** - O Plano Odontológico contratado poderá deixar de atender, eventualmente, municípios onde Sinpro/ES não possua associado, mediante declaração da entidade sindical representante dos empregados desobrigando a cobertura naquela localidade;
- IV** - O professor que tiver mais de um vínculo empregatício com *mantenedoras da Rede Privada* - com base territorial no Estado do Espírito Santo -, poderá destinar o excedente para seus dependentes.
- V** - O professor poderá incluir os seus dependentes no Plano Odontológico com o pagamento total às expensas dos mesmos, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos do Enunciado de nº 342 do Tribunal Superior do Trabalho.
- VI** - *O Plano Odontológico* será contratado na modalidade "A", cujo modelo de apólice faz parte integrante desta convenção coletiva.
- VII** - O Plano Odontológico previsto na presente cláusula, letras e incisos deverá possuir, obrigatoriamente, registro e autorização de funcionamento expedido pela Agência Nacional de Saúde - ANS.
- VIII** - Em nenhuma hipótese o valor da contribuição do estabelecimento de ensino para este benefício poderá ultrapassar a 1% do total da folha salarial do professor, não computados os encargos sociais patronais, em se integrando esse benefício ao salário dos que o percebem, para qualquer efeito.
- IX** - O professor que se afastar para gozo de benefício previdenciário, licença sem vencimento ou por qualquer outro motivo, deverá pagar o valor mensal devido ao plano odontológico, e em caso de inadimplência por período superior a 60 (sessenta) dias fica autorizado ao estabelecimento de ensino a suspender o pagamento, independente de notificação ao empregado.
- X** - As mantenedoras poderão contratar o Plano com qualquer Empresa legalmente autorizada para tanto e devidamente credenciada junto à Comissão Tripartite prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho, que fará avaliação de viabilidade e aceitação da empresa junto ao mercado para seu respectivo credenciamento.
- XI** - Para obter o credenciamento as operadoras/gestoras do plano odontológico deverão atender, no mínimo, aos requisitos contidos nesta cláusula, alíneas e parágrafos, bem como, aqueles previstos no *Anexo VII e VIIA* da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

XII – Ajustam as partes que as empresas educacionais, desde que contratarem o benefício Plano Odontológico nos termos previstos nesta cláusula, com Operadora credenciada pela Comissão Tripartite, ficarão isentas de qualquer responsabilidade civil, penal, judicial ou extrajudicial quanto aos benefícios acima.

Parágrafo único – O descumprimento das normas estabelecidas nesta cláusula, por parte da Mantenedora, a sujeitará ao pagamento de indenização compensatórias, em favor do empregado, no valor de R\$30,00 (trinta reais) mensais, por professor atingindo

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LICENÇA-PRÊMIO

19. Licença-prêmio

Para cada dez (10) anos de efetivos serviços prestados ao mesmo estabelecimento de ensino é assegurada ao/a professor/a licença prêmio recompensada de 30 (trinta) dias, sem natureza remuneratória, que deverá ser concedida no prazo de até 12 (doze) meses, com prévio aviso.

Parágrafo primeiro – Perderá direito ao benefício da presente cláusula o/a professor/a que durante o período aquisitivo contar com mais de 25 (vinte e cinco) ausências não justificadas ao trabalho.

Parágrafo segundo - Poderá o/a docente optar pelo gozo ou o recebimento em pecúnia – valor da sua remuneração à data da aquisição do direito - do benefício que deverá ser feito no ato do prévio aviso, sendo que em caso de não manifestação prevalecerá o gozo.

Parágrafo terceiro – O não cumprimento do que trata o caput desta Cláusula obrigará ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte inteiros por cento), além do principal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO NA APOSENTADORIA

20. Abono na aposentadoria

Ao advento da aposentadoria, os estabelecimentos de ensino pagarão ao/a professor/a, a quantia de 01 (um) salário mínimo, sem natureza remuneratória.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PREVIDÊNCIA PRIVADA

21. Previdência privada

A partir de 01/09/2013, os mantenedoras contribuirão para o Plano de Previdência Privada dos professores, nas condições estabelecidas nesta cláusula e em seus parágrafos, bem como, nos *Anexos V* da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo primeiro – A contribuição ao Plano de Previdência Privada ocorrerá no valor seguinte: 5% (cinco por cento) do salário-base percebido pelo professor.

Parágrafo segundo – As mantenedoras poderão contratar o Plano com qualquer Empresa legalmente autorizada para tanto e credenciada junto à Comissão Tripartite prevista nesta Convenção Coletiva, que fará avaliação de viabilidade e aceitação da empresa junto ao mercado para seu respectivo credenciamento.

Parágrafo terceiro – Para obter o credenciamento as operadoras/gestoras do plano de previdência privada deverão atender, no mínimo, aos requisitos contidos nesta cláusula, alíneas e parágrafos, em especial nos *Anexos V*, da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quarto – O descumprimento das normas estabelecidas nesta cláusula por parte da mantenedora a sujeitará as seguintes penalidades, sem prejuízo de outras fixadas nesta Convenção:

1. **a.** Na hipótese de suspensão ou não adesão ao Plano de Previdência Privada e na eventualidade de falecimento ou Invalidez do/a trabalhador (a), pagamento de indenização por perdas e danos aos herdeiros legais, equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos valores de contribuição não recolhidos, sem prejuízo do devido na obrigação principal;
2. **b.** No caso de atraso, no pagamento dos valores de contribuição definidos no parágrafo 1º e não ocorrendo a hipótese prevista na alínea “a” deste parágrafo, multa de 0,066% (sessenta e seis centésimos de um por cento) por dia de atraso, sem prejuízo da obrigação principal;
1. **c.** No caso de não recolhimento ou de atraso por mais de 30 (trinta) dias no pagamento dos valores de contribuição definidos no parágrafo 1º e não ocorrendo a hipótese prevista na alínea “a” deste parágrafo, multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, não se aplicando a penalidade prevista na alínea “a” sem prejuízo da obrigação principal;
2. **d.** Em caso de não implementação ou não recolhimento das parcelas mensais, indenização equivalente a 100% (cem por cento) do valor devido em favor do trabalhador ou seus herdeiros legais, sem prejuízo da multa estabelecida na alínea anterior.

Parágrafo quinto – As mantenedoras que praticarem exclusivamente a educação infantil, não se enquadrando nesta modalidade aquelas empresas oriundas de desmembramentos a partir da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 2005/2006.

Parágrafo sexto – Ajustam as partes que a mantenedora, desde que contratarem os benefícios Previdência Privada nos termos previstos nesta cláusula, com Operadora credenciada pela Comissão Tripartite, ficarão isentas de qualquer responsabilidade civil, penal, judicial ou extrajudicial quanto aos benefícios acima.

Parágrafo sétimo – Considerando a excepcionalidade decorrente da pandemia COVID-19 as instituições de ensino estão desobrigadas a cumprirem o benefício previsto nesta cláusula no período compreendido entre 01/07/2020 a 30/03/2021.

Parágrafo oitavo – Por solicitação do sindicato profissional o sindicato econômico concorda com a liberação de 30% do saldo da Previdência Privada existente na conta individual do profissional em 30 de setembro de 2020;

Parágrafo nono – A liberação prevista no parágrafo nono levará em conta a data de nascimento do empregado e obedecerá seguinte calendário – aniversariante em:

1. 01/01 a 30/04 solicitação em novembro entre 15/11/2020 a 30/11/2020;
2. 01/05 a 30/09 solicitação em dezembro entre 01/12/2020 a 15/12/2020; e
3. 01/10 a 31/12 solicitação em dezembro entre 16/12/2020 a 30/12/2020

a) A liberação pela operadora seguirá a regulação da SUSEP – superintendência de seguros privados

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO MENSAL OU VALOR DA HORA AULA DO PROFESSOR INGRESSANTE NA MANTEN

23. Remuneração mensal ou valor da hora aula do professor ingressante na mantenedora

A mantenedora não poderá contratar professor cuja remuneração mensal ou o valor da hora aula seja inferior ao valor do piso salarial constante na cláusula 4ª.

Parágrafo primeiro - Fica garantido ao/à professor/a admitido/a para substituição eventual a outro, igual salário ao do substituído, sem considerar as vantagens pessoais.

Parágrafo segundo- Não se aplica o parágrafo primeiro desta cláusula às instituições de ensino superior que adotarem o plano de carreira docente, os quais deverão obedecer ao disposto nos respectivos planos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - READMISSÃO DO PROFESSOR

24. Readmissão do professor

O professor que for readmitido até doze meses após o seu desligamento ficará desobrigado de firmar contrato de experiência.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO PROCEDIMENTOS

26. Aviso Prévio procedimentos

Para efeitos de aplicação do aviso prévio devido pelo empregador ao professor, regido pelos artigos 487 e 488 da CLT, bem como pela Lei Federal 12.506, de 11 de outubro de 2011, serão utilizadas as seguintes diretrizes interpretativas, estipuladas pelo consenso dos sindicatos acordantes:

I - A contagem do Aviso Prévio se dará com a exclusão do dia do seu início e a inclusão do dia do seu término;

II - No caso do Aviso Prévio cumprido, as duas horas diárias a que se refere o Artigo 488 da CLT, será proporcional a carga horária contratada, e se dará apenas em relação ao trintídio legal inicial;

III - No caso do aviso prévio cumprido, relativo aos professores com carga horária inferior a 35 horas semanais, não haverá redução diária da jornada de trabalho, sendo obrigatória a redução, ao final, de 7 dias no cumprimento do aviso prévio, sem prejuízo de sua remuneração;

IV - Desde que o aviso prévio seja totalmente indenizado, a sua integração para todos os fins legais, se dá apenas em relação ao trintídio inicial, exclusivamente, para fins de projeção de garantia de emprego, mantendo-se sua projeção para os demais fins de direito;

V - O professor despedido sem justa causa fica dispensado do cumprimento do aviso prévio trabalhado, quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

VI - O cumprimento do aviso prévio quando exigido pela mantenedora, se dará apenas em relação ao trintídio inicial, sendo o aviso prévio proporcional, previsto na Lei nº 12.506/2011, direito exclusivo do professor (Súmula 35 do TRT – 17ª Região).

Parágrafo único – Nos termos da orientação jurisprudencial 82 do TST e da Instrução Normativa 15, de 14 de julho de 2010 do MTE, no que tange à anotação e baixa em CTPS quando o aviso prévio for indenizado, deverá ser anotado na página relativa ao contrato de trabalho, o último dia do aviso prévio projetado e na página de “anotações gerais” o último dia efetivamente trabalhado, consignando em TRCT a data de afastamento como a do último dia efetivamente trabalhado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

28. Homologação das rescisões

As Rescisões dos contratos de trabalho dos professores deverão, obrigatoriamente, serem efetivadas em uma das seguintes modalidades:

A) Rescisão presencial na sede do Sinpro/ES

-

As rescisões dos contratos de trabalho dos professores, quando homologadas pelo Sinpro/ES, terão eficácia liberatória geral, observado o seguinte:

I -a quitação passada pelo/a professor/a, com assistência do Sinpro/ES, ao empregador, tem eficácia liberatória geral em relação às parcelas expressamente consignadas no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), salvo se aposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas;

II -a quitação abrange também parcelas não consignadas no recibo de quitação, desde que não haja oposição do/a professor/a e, conseqüentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que estas não constem do TRCT;

III - a quitação total, com eficácia liberatória geral em relação ao extinto contrato de trabalho, deverá ser acompanhada de declaração do/a professor/a confirmando não haver quaisquer parcelas ou direitos pendentes de quitação;

IV - quanto a direitos que deveriam ter sido satisfeitos durante a vigência do contrato de trabalho, a quitação é válida em relação ao período expressamente consignado no TRCT.

V – Deverão estar presentes ao ato homologatório, o empregado e o empregador, podendo os mesmos fazerem-se representados por preposto/procurador, na forma da lei.

B) Rescisão na sede do empregador sem assistência sindical

Esta modalidade de rescisões dos contratos de trabalho dos professores realizadas sem assistência do SINPRO/ES, não possuirá eficácia liberatória geral e deverão observar o seguinte:

I -os termos das rescisões dos contratos de trabalho (TRCTs) realizadas, sem assistência sindical, deverão conter o endereço e telefone atualizados do/a professor/a e deverão ser remetidos ao Sinpro/ES, no prazo de 15 (quinze) dias contados do término do contrato;

II -a entrega ao/a professor/a dos documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, o TRCT, bem como, o pagamento dos valores constantes nos instrumentos de rescisões, deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

C) Rescisão na sede do empregador com assistência sindical

Poderá o/a professor/a, optar por realizar a homologação de seu TRCT na sede da empresa, sem eficácia liberatória geral, após submetê-lo ao crivo do Sinpro/ES, devendo manifestar essa opção no *termo de aviso prévio*, termo de comum acordo ou pedido de demissão.

I -os documentos rescisórios, inclusive o TRCT deverão ser entregues ao/a professor/a em até 6 (seis) dias contados da comunicação de dispensa, caso opte pela assistência sindical;

II -o professor/a será responsável por encaminhar sua rescisão contratual à homologação junto ao Sinpro/ES, devendo devolvê-la ao empregador, contra recibo, com o carimbo de homologação, que terá prazo de dois dias para quitação das verbas rescisórias, garantido o prazo mínimo de dez dias após a comunicação de dispensa;

III – Não haverá necessidade da presença do empregador, seu procurador ou preposto nessa modalidade de Homologação.

Parágrafo Primeiro - os formulários do *termo de aviso prévio*, termo de comum acordo e pedido de demissão conterão, obrigatoriamente, a opção “Assistência Sindical”.

Parágrafo Segundo - Entende-se como “término do contrato”, para fins da quitação rescisória, a data de concessão do aviso prévio, quando indenizado, e a data de término do aviso prévio de 30 (trinta) dias, quando este for trabalhado.

Parágrafo Terceiro - As empresas remeterão ao Sinpro/ES pelo endereço eletrônico administrativo@sinpro-es.org.br a relação nominal dos professores, nas seguintes datas: 15 (quinze) de abril; 15 (quinze) de outubro. Recaindo o vencimento em sábado, domingo ou feriado o prazo fica prorrogado para o dia útil subsequente. Excepcionalmente em 2020 a relação nominal dos professores será enviada até o dia 15/12/2020.

Parágrafo quarto - A inobservância dos preceitos contidos nesta cláusula sujeita o infrator a multa de 1/2 (meio) salário mínimo por evento, sem prejuízo das demais sanções legais, reversível ao sindicato prejudicado.

Parágrafo quinto – Considera-se “evento” para fins do parágrafo quarto desta cláusula o descumprimento pontual de cada obrigação instituída nesta cláusula.

Parágrafo sexto - A multa prevista nesta cláusula somente será aplicada após submissão da demanda ao Fórum de Conciliação Coletiva (FCC) e havendo conciliação não será aplicada.

D) Rescisões Contratuais

Nos termos do art. 7º, inciso VI e XXVI da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista as disposições contida na MP 936/2020 e na Lei 14.020/2020, acordam as partes a possibilidade de realização de rescisões contratuais sem justa causa e pagamento de verbas rescisórias em condições especiais, enquanto perdure o estado de calamidade pública.

Parágrafo primeiro - Nas rescisões operadas segundo as diretrizes estipuladas nesta cláusula e em virtude das condições excepcionalíssimas que as fundamentam, a empresa estará liberada do pagamento das multas previstas no art. 10, § 1º, da MP 936/2020 e no art. 10, § 1º, da Lei 14.020/2020.

Parágrafo segundo – A condição especial prevista no *caput*, restringe-se exclusivamente a extinção do posto de trabalho.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PEDIDO DE DEMISSÃO NO FINAL DE ANO LETIVO

27. Pedido de demissão no final de ano letivo

O professor que no final do ano letivo comunicar sua demissão até o dia que antecede o início do recesso escolar, será dispensado do cumprimento do aviso prévio.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

34. Termo de quitação anual

Fica facultado as mantenedoras e aos professores, firmar acordo de quitação anual de obrigações trabalhistas, a que se refere a Lei nº 13.467/2017, perante o SINPRO.

Parágrafo primeiro - O termo de quitação somente terá validade com a homologação expressa do SINPRO.

Parágrafo segundo - No ato da homologação a mantenedora deverá apresentar comprovação de quitação de todas as obrigações legais e contratuais individuais e coletivas, sob pena de indeferimento da homologação.

Parágrafo terceiro - O Termo de Quitação Anual para professores desligados deverá ser apresentado à Comissão de Conciliação Prévia prevista nesta Convenção Coletiva.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ENSINO À DISTÂNCIA

30. Ensino à distância

A Educação à distância (EaD), é uma modalidade educacional desenvolvida em lugares ou tempos diversos que possibilita o acesso ao conhecimento de forma mais flexível e autônoma e remunerará o professor que neles atuarem, respeitando os valores mínimos da hora-aula fixados nesta Convenção, considerando as especificidades desse tipo de oferta, **a elaboração dos materiais, a docência propriamente dita e o atendimento aos alunos, em relação ao conteúdo.**

Parágrafo primeiro - Os equipamentos de multimídia utilizados, no ambiente físico da escola, pelos docentes na execução de planos de trabalho devidamente sintonizados com o plano pedagógico da instituição, serão disponibilizados pela instituição de ensino.

Parágrafo segundo - O atendimento aos alunos deverá ocorrer, obrigatoriamente, no ambiente da instituição de ensino, físico ou virtual, sendo proibido o fornecimento para os alunos do endereço, telefone e endereço eletrônico particular do professor, salvo autorização expressa deste.

Parágrafo terceiro - A carga horária de trabalho do professor-tutor deverá ser previamente definida entre as partes, mediante acordo expresso e firmado por meio de contrato ou CLT.

Parágrafo quarto - O número de professores necessários para o desenvolvimento de um módulo disciplinar e/ou de uma disciplina deverá ser previamente definido, levando em consideração o número de alunos por turma, admitido, contudo, a sua variação, sempre que necessário para ajustar a oferta com a efetiva demanda.

Parágrafo quinto - O curso de “Ensino a Distância” será composto por: Coordenador do Curso; Professor Conteudista; professor Especialista e Professor tutor, respeitada a nomenclatura própria de cada instituição de ensino, cabendo a cada um desses profissionais o desenvolvimento das seguintes tarefas:

a) Coordenador do Curso: é responsável pela organização e desenvolvimento do projeto pedagógico e do curso. Coordena o andamento didático-pedagógico. Orienta e acompanha o trabalho dos professores tutores, e supervisiona o andamento dos aspectos técnicos com o trabalho dos professores especialistas.

b) Professor-conteudista: é responsável pela criação do conteúdo da disciplina a ser ministrada na plataforma.;

c) Professor-tutor: é o responsável pelo processo de mediação ensino aprendizagem, é quem atende os alunos, tira dúvidas, apresenta questões para serem discutidas pelo grupo e corrige os exercícios no ambiente virtual;

d) Professor-especialista: é responsável por planejar, estruturar e gerenciar todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem da disciplina de sua responsabilidade, bem como ministrar as aulas presenciais, com o apoio do Professor-tutor.

Parágrafo sexto - As funções previstas no parágrafo quinto desta cláusula poderão ser desempenhadas pela mesma pessoa, desde que esta tenha habilitação legal, preencha os requisitos técnicos necessários e haja acordo formal entre as partes.

Parágrafo sétimo - Nas aulas/atividades presenciais o professor-especialista e/ou professor-tutor estarão adstritos às regras gerais já estipuladas na presente convenção para efeito de jornada e piso salarial, conforme o segmento em que atue, sendo que para o professor-tutor, dadas as características da atividade, o piso salarial para a jornada limite de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho semanal será disposto na cláusula 4, inciso “11 e 12” e no parágrafo 2º.

Parágrafo oitavo - Para a realização de tutoria à distância o piso salarial a ser respeitado e pago mensalmente, tendo como o quantitativo máximo de 100 (cem) alunos por disciplina tutelados, deverá seguir, no mínimo, o piso e a carga horária semanal a que se refere o parágrafo sétimo desta cláusula.

Parágrafo nono - Para o ensino à distância serão extensíveis as possibilidades de contrato de trabalho estipuladas para o ensino modular, conforme expresso na presente CCT.

Parágrafo décimo – Nas contratações que envolvam uso da imagem e nome do professor-especialista e professor-conteudista, tal como, exemplificativamente, ocorre nas videoaulas gravadas e materiais didáticos, deverá ser estipulado em contrato o licenciamento respectivo, contendo prazo de duração, valores pagos (caso este tenha ocorrido a título oneroso), bem como a propriedade de eventuais produtos confeccionados e a titularidade dos direitos de exploração.

Parágrafo décimo primeiro - Não se constitui “educação À distância”, a simples disponibilização de material de apoio pedagógico na página eletrônica da escola, bem como o desempenho de qualquer outra função que não seja a de professor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CURSOS MODULARES

29. Cursos modulares

As Instituições de Ensino que instituírem nos cursos de pós-graduação, graduação (bacharelados e tecnológicos) e pós-médio, a sistemática de magistério no sistema modular, assim entendidos aqueles em que as disciplinas são ofertadas e realizadas de forma concentrada em determinado período do semestre letivo ou do ano letivo, poderão, mediante documento escrito, sob pena de invalidade, efetivar a contratação dos profissionais docentes, segundo os seguintes critérios:

Parágrafo primeiro - Para profissionais extraquadro, ao teor do artigo 443, parágrafo 2.º, letra "a", da CLT, poderão ser firmados contratos por prazo determinado, com vigência máxima, cada um, de 90 (noventa) dias, até o limite de 2 (duas) contratações anuais, respeitadas as seguintes diretrizes:

I - Nos referidos contratos a forma de cálculo da remuneração será por hora-aula, tendo periodicidade de pagamento mensal;

II -o pagamento de férias, adicional de 1/3 sobre férias e décimo terceiro salário será realizado nos mesmos moldes dos demais contratos por prazo determinado, sendo devidas tais parcelas sempre que a contratação ultrapassar 14 (quatorze dias);

III - o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, será devido nos mesmos moldes dos demais contratos de trabalho, devendo realizar-se o depósito de valor correspondente a 8% (oito por cento) incidentes sobre a remuneração do profissional docente;

IV – tanto para os professores extraclasse como os já pertencentes ao quadro da mantenedora e cujo valor hora-aula percebido seja igual ou superior a 35% do valor da hora-aula da graduação não farão jus aos benefícios constantes nas cláusulas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022, a saber 03; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 26; 35; 36; 38; 39;41; 42; 45; 47; 49; 51; 52; 63; 64; 66; 67; 68; 69.

V -o contrato extingue-se pelo decurso natural de sua execução, aplicando-se as normas previstas na CLT,

no tocante aos contratos por prazo determinado, para efeitos de rescisão;

VI -o documento escrito referido no caput deverá prever a carga horária a ser desenvolvida no respectivo contrato, sob pena de invalidade da sistemática permitida;

Parágrafo segundo - Para profissionais extraquadro, ou professores já pertencentes aos quadros da mantenedora, mas que passem a trabalhar apenas no sistema modular, poderão ser firmados contratos por prazo indeterminado (ou aditivos, conforme o caso), ao teor das normas celetistas, com prefixação da carga horária total por período letivo (ano ou semestre) a ser desenvolvida, nos termos do artigo 59, parágrafo 2.º da CLT, respeitadas, ainda, as seguintes diretrizes:

I – A mantenedora obrigatoriamente deverá avençar, previamente, em documento escrito, a carga horária a ser desenvolvida a cada período letivo (ano ou semestre), sob pena de invalidade da sistemática permitida na presente cláusula;

II -a carga horária de cada período letivo (ano ou semestre) será dividida pelo número de meses nele compreendidos (12 meses ou 6 meses), e paga mensalmente pela média aritmética respectiva;

III - em caso de eventual majoração da carga horária média definida no contrato, a mantenedora pagará, no mês de sua ocorrência, as aulas adicionais realizadas, fazendo-as constar sob rubrica diversa nos holerites de pagamento, desde que não excedam os limites previstos em lei, quando deverão ser remuneradas como horas extras;

Parágrafo terceiro - Para professores pertencentes ao quadro da mantenedora, que já possuam contrato de trabalho por prazo indeterminado firmado com esta, fica possibilitada a realização de trabalho em regime misto, com a majoração de sua carga horária para o magistério em cursos modulares, com possibilidade de posterior redução após o seu término, observadas, ainda as seguintes diretrizes:

I - As horas excedentes ao contrato normal serão pagas no mês de sua ocorrência, fazendo-as constar sobre rubrica diversa nos holerites de pagamento;

II - A sistemática supra não validará trabalho acima dos limites previstos em lei, quando deverão ser remuneradas como horas extras;

Parágrafo quarto - As mantenedoras deverão fornecer aos docentes, no ato da assinatura, obrigatoriamente, cópia dos contratos firmados segundo a sistemática descrita na presente cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ALTERAÇÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

32. Alterações de contrato de trabalho

Tendo em vista as considerações apresentadas no preâmbulo fica autorizada a alteração do contrato de trabalho dos trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento a partir da sua assinatura do presente instrumento relativamente às suas cargas horárias e salários, limitada a 70% (setenta por cento).

Parágrafo primeiro - A empresa acordante deverá garantir que a redução salarial se efetivará respeitando a proporção da redução de carga horária efetivada e os limites estabelecidos no caput.

Parágrafo segundo – Nesta modalidade o empregador deverá assegurar ao empregado além do seguro de vida, plano odontológico um tíquete alimentação, previsto na clausula 35, cujo o valor não poderá ser inferior aquele pago em março de 2020.;

Parágrafo terceiro - A autorização para redução prevista na presente cláusula terá vigência até o dia 28 fevereiro de 2021, sendo que os sindicatos acompanharão a emergência atualmente existente para em novo instrumento aditivo deliberarem sobre o retorno à situação contratual que vigia anteriormente à pandemia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LIVRE ESTIPULAÇÃO CONTRATUAL

33. Livre estipulação contratual

É livre a estipulação de cláusulas contratuais de trabalho a que se refere o caput do Art. 444 da CLT, para empregados portadores de diploma de nível superior, que percebam salário base superior ao dobro do limite máximo dos benefícios do regime geral de previdência social (teto de benefícios do INSS), com a mesma eficácia legal e preponderância sobre este instrumento coletivo de trabalho.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE.

35. Garantia de emprego à gestante.

É proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa da professora gestante, desde o início da gravidez, até cinco meses após o parto (Art. 10, Inciso II, "b", do ato das Disposições Constitucionais Transitórias) acrescida de mais 60 dias em se tratando de mãe docente, biológica. O aviso-prévio começará a contar a partir do término do período de estabilidade.

Parágrafo primeiro - No caso de adoção de criança com até seis meses de idade, a professora terá direito aos mesmos benefícios supracitado, contados da data de adoção.

Parágrafo segundo - No caso de adoção de criança de até 1 (um) ano de idade, a professora terá direito a uma licença remunerada de 30 (trinta) dias, mediante a comprovação de tal fato perante a mantenedora, nos 30 (trinta) dias subsequentes à adoção.

Parágrafo terceiro - Em se tratando de adoção de menor entre 1 (um) ano e 6 (seis) anos de idade, a licença será de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA AMAMENTAÇÃO

36. Licença amamentação

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a professora terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, previstos em Lei, de forma proporcional à sua carga horária diária; tendo como referência uma carga horária de 8 horas/dia para dois intervalos de trinta minutos.

Parágrafo único - Sendo da conveniência da Professora, respeitadas as necessidades do amamentando, poderá a mesma usufruir a integralidade dos referidos descansos especiais, no início ou no término da jornada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - REMUNERAÇÃO PARCIAL

37. Remuneração parcial

Na hipótese de a licença maternidade prevista em lei findar-se após o início do semestre letivo da Instituição de Ensino o mantenedor fica autorizada a pactuar com a professora licenciada, mediante documento escrito, de uma ampliação do período de afastamento, com garantia parcial de salários, desde que respeitados os seguintes requisitos:

1. **a.** liberação da professora de seu dever de prestar trabalho a partir do dia seguinte ao término da licença maternidade até o início do semestre letivo subsequente;
2. **b.** garantia de pagamento mensal pelo período referido na letra "a" em montante nunca inferior à 30% (trinta por cento) do salário anteriormente percebido;
3. **c.** garantia à professora de retorno às suas atividades normais no semestre letivo subsequente;

Parágrafo único – Ao término da ampliação do período de afastamento da licença maternidade, previsto no caput desta cláusula e seus incisos, e caso a professora tenha seu contrato encerrado sem justa causa, lhe será assegurada, para efeito de cálculo rescisório, o salário percebido imediatamente anterior ao "Acordo Remuneração *Parcial*".

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GARANTIAS AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

38. Garantias ao professor em vias de aposentadoria

Todo/a professor/a, com 05 (cinco) anos ou mais de contrato na empresa, que estiver, no máximo, a 01 (um) ano da aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, gozará de garantia no emprego até a data de aquisição do direito à aposentadoria, vedada sua dispensa sem justa causa.

Parágrafo primeiro – Esta garantia está condicionada à comunicação escrita e comprovada pelo órgão previdenciário, na data em que o/a professor/a fizer jus ao benefício estabelecido no CAPUT desta cláusula, com tolerância de 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo – A estabilidade prevista nesta cláusula poderá ser objeto de acordo entre as partes,

com a interveniência do SINPRO/ES.

Estabilidade Adoção

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA POR ADOÇÃO OU GUARDA

39. Licença por adoção ou guarda

Nos termos da Lei 12.873, de 25/10/2013, será assegurada licença de 120 (cento e vinte) dias à professora ou professor que vier a adotar ou obtiver guarda judicial de crianças e fizer jus ao salário maternidade pago pela Previdência Social.

Parágrafo único – Não poderá ser concedido benefício a mais de um empregado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que cônjuges ou companheiros que estejam submetidos ao regime próprio da Previdência Social.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - TRABALHO EXTERNO E EM VIAGENS

31. Trabalho externo e em viagens

Visando regulamentar a forma de trabalho e de remuneração dos professores quando do desenvolvimento de atividades externas às dependências da mantenedora, especialmente as relativas a viagens a trabalho, ficam estabelecidas as seguintes regras:

Parágrafo primeiro – Caberá as mantenedoras e Professores fixarem em documento escrito a forma com a qual se desenvolverá o trabalho externo às dependências do estabelecimento escolar (ressalvados aqueles para os quais já haja regramento próprio, com exemplificativamente ocorre com o Planejamento), especialmente aquele desenvolvido em viagens, com ou sem pernoite, acompanhando ou não alunos, indicando seu enquadramento em alguma das formas indicadas no parágrafo segundo da presente cláusula, seu quantitativo em horas, assim como a respectiva remuneração, quando lhe for cabível.

Parágrafo segundo – Os lapsos temporais existentes nas situações descritas na presente cláusula serão compreendidos em uma das seguintes modalidades:

1. **a.** Tempo de deslocamento – período no qual o professor exclusivamente desloca-se ao local em que irá desenvolver suas atividades profissionais (ou no seu retorno), sem deter a responsabilidade de acompanhamento de alunos;
2. **b.** Trabalho efetivo – período em que o professor desenvolverá efetivamente sua atividade profissional;
3. **c.** Tempo de sobreaviso – período em que o professor não está desenvolvendo sua atividade profissional, mas permanecerá disponível para qualquer eventualidade, sem obrigação de permanecer em um local específico, podendo deslocar-se livremente e realizar a atividade particular que melhor lhe aprouver nesse período;
4. **d.** Tempo de prontidão - período em que o professor não está desenvolvendo sua atividade profissional, mas permanecerá disponível para qualquer eventualidade, com obrigação de

permanecer em um local específico, podendo realizar a atividade particular que melhor lhe aprouver nesse período;

5. **e.** Tempo de alimentação – períodos para a realização das refeições diárias, assim entendidos, para efeitos da presente estipulação, como sendo presumidamente de 15 (quinze) minutos para o café da manhã, 1 (uma) hora para almoço e 1 (uma) hora para o jantar.
6. **f.** Tempo de descanso – período diário de descanso noturno do professor, assim entendido, para efeitos da presente estipulação, como sendo presumidamente de 8 (oito) horas.
7. **g.** Tempo livre - período em que o professor não está desenvolvendo sua atividade profissional, nem se encontra obrigado a permanecer disponível para qualquer eventualidade, podendo realizar a atividade particular que melhor lhe aprouver nesse período;

Parágrafo terceiro – A obrigação de remunerar ou não os lapsos temporais descritos no parágrafo segundo, assim como seu padrão remuneratório mínimo, ficam assim estipuladas: Tempo de deslocamento – não será remunerado, nem será considerado para fins de cálculo da jornada diária;

1. **a.** Trabalho efetivo – será remunerado no mínimo pelo mesmo valor-hora que o professor recebe para suas atividades normais, considerando-se jornada normal até o limite previsto em lei. O trabalho efetivo realizado além do limite legalmente previsto determinará o pagamento desse excesso como horas extraordinárias, nos termos da lei e da presente convenção coletiva;
2. **b.** Tempo de sobreaviso – será remunerado no mínimo na proporção de 1/3 (um terço) do valor-hora que o professor recebe para suas atividades normais;
3. **c.** Tempo de prontidão - será remunerado no mínimo na proporção de 2/3 (dois terços) do valor-hora que o professor recebe para suas atividades normais;
4. **d.** Tempo de alimentação – não serão considerados para efeitos de cálculo da jornada diária efetiva, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, da CLT, nos limites temporais presumidos estipulados no parágrafo 2º desta cláusula;
5. **e.** Tempo de descanso – não serão considerados para efeitos de cálculo da jornada diária efetiva, nos limites temporais presumidos estipulados no parágrafo 2º desta cláusula;
6. **f.** Tempo livre - não serão considerados para efeitos de cálculo da jornada diária efetiva;

Parágrafo quarto – Haja vista as formas e enquadramentos dos lapsos temporais descritos no parágrafo 2º, instituições de ensino e professores deverão fixar no documento escrito o respeito ao intervalo Inter jornada de 11 (onze) horas previsto em lei. Para fins de cumprimento do referido intervalo serão somados e considerados o tempo de deslocamento, tempo de sobreaviso, tempo de prontidão, descanso de alimentação, tempo de descanso e tempo livre.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - MUDANÇA DE DISCIPLINA

40. Mudança de disciplina

O professor não poderá ser transferido de uma disciplina para outra, salvo com seu consentimento expresso e por escrito, sob pena de nulidade da referida transferência.

Parágrafo único - Tendo em vista as considerações estabelecidas no preâmbulo do presente instrumento, fica esclarecido que as instituições de ensino poderão alterar as funções atualmente realizadas pelos professores com vistas a possibilitar a manutenção de empregos, desde que a determinação das novas atividades seja compatível com a capacidade técnica do profissional e guarde relação com as atividades docentes, entendidas em caráter amplo e não restritas exclusivamente à atividade de ministrar aulas.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACOMPANHAMENTO E INTERNAÇÃO DE FILHO MENOR

22 – Acompanhamento e Internação de filho menor

As mantenedoras, mediante comprovação fornecida pelo médico, abonarão, na vigência desta convenção, até 02 (dois) dias de falta do professor por semestre, para acompanhar os filhos menores de 12 (doze) anos de idade, na ocorrência de consultas e exames médicos e de até 04 (quatro) dias por semestre na ocorrência de internação - desde que atestado pelo hospital.

Parágrafo único – Quando pai e mãe forem empregados do mesmo estabelecimento de ensino, a ausência permitida no *caput* dessa cláusula será limitada apenas a um dos pais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO

41. Garantia provisória no emprego

Gozarão de garantia provisória no emprego, salvo por motivo de justa causa para demissão, por 30 (trinta) dias contados após o retorno ao serviço, para o professor que retornar de licença médica superior a 30 (trinta) dias devidamente comprovada pelo órgão previdenciário.

Parágrafo único – Os afastamentos decorrentes de doença profissional e acidente de trabalho possuem regimento próprio.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO

42. Jornada de trabalho

A estipulação contratual da jornada de trabalho dos professores poderá ser realizada de duas formas distintas, sempre respeitados os limites inscritos no artigo 318 da CLT: a) professor horista; b) mensalistas (regime de carga horária fixa semanal);

Parágrafo primeiro – No sistema de contratação de professor horista este terá sua remuneração estipulada conforme determina a cláusula 04, ou seja, por hora-aula, multiplicando-se sua carga semanal por 4,5 (quatro vírgulas cinco), nos termos do art. 320 da CLT, para aferição do valor mensal do salário a receber. Repouso semanal remunerado será remunerado em separado, nos termos da lei 605/49, assim como o planejamento, nos termos da presente convenção coletiva.

Parágrafo segundo – No sistema de contratação de professor mensalista será ajustado um regime de carga horária fixa semanal e um valor fixo mensal para essa carga, aferido nos termos do art. 64 da CLT. O piso salarial para esta modalidade contratual seguirá a proporcionalidade dos pisos-hora inscritos no presente instrumento. Nesta modalidade contratual o professor é contratado para desenvolvimento de atividades docentes, as quais poderão ocorrer tanto em sala de aula quanto fora de sala de aula, conforme delineado pela mantenedora, sempre respeitados os limites das atividades inerentes a função do professor inscritas na legislação de regência, no Parágrafo único da Clausula 1ª desta Convenção, especialmente no art. 13 da LDBE. Por se tratar de regime mensal de pagamento o repouso semanal remunerado será remunerado de forma incorporada ao salário fixo mensal, nos termos da lei 605/49 e do artigo 64 da CLT. O Planejamento será paga em separado, nos termos da presente convenção coletiva.

Parágrafo terceiro - O sistema de contratação de professor regente de educação infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental é disciplinado em cláusula própria dentro da presente Convenção Coletiva.

Parágrafo quarto - É nula a contratação do trabalho docente por prazo determinado, para ministrar aulas em curso regular, salvo por substituição eventual ou por outro motivo previsto em Lei, inclusive aquele previsto na cláusula 11ª deste instrumento, exceto os casos em que o curso tenha a duração previamente definida.

Parágrafo quinto – Poderá ser flexibilizada a carga horária do professor entre jornadas no exercício da função docente e/ou concomitante com a atividade administrativa, não havendo assim pagamento, no intervalo, de horas aulas e salários, se o professor não tiver trabalhado no referido intervalo de um dia para outro, ou entre jornadas não contínuas, desde que aceitas livremente pelo professor

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CARGA HORÁRIA

43. Carga horária

Poderá ser flexibilizada a carga horária do professor entre jornadas no exercício da função docente e/ou concomitante com a atividade administrativa, não havendo assim pagamento, no intervalo, de horas aulas e salários, se o professor não tiver trabalhado no referido intervalo de um dia para outro, ou entre jornadas não contínuas, desde que aceitas livremente pelo professor.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DIAS VEDADOS AO TRABALHO

44. Dias vedados ao trabalho

É vedado exigir do/a professor regência de aula, trabalho ou qualquer outra atividade docente:

- a) aos domingos;
- b) nos feriados nacionais, estaduais, municipais e religiosos, nos termos da Legislação própria;
- c) nos dias 11, 13 e 14 de outubro de 2021, exceto nos dias 13 e 14 para a educação infantil; e,
- d) nos seguintes dias: segunda e terça da semana do Carnaval; sexta-feira e sábado da Semana Santa, no dia

do Professor e Finados.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DE REMUNERAÇÃO

45. Redução da carga horária e de remuneração

São irredutíveis a carga horária e a remuneração do professor, exceto se a redução resultar:

- a) Do pedido do professor, em três vias, aceito pela mantenedora, mediante protocolo no SINPRO/ES;
- b) Da diminuição das turmas das Instituições de Ensino, em função da redução do número de alunos, extinção de turmas e no caso do Ensino Superior e/ou Cursos Técnicos, da não existência para o semestre ou ano letivo da turma/disciplina para a qual o docente vinha normalmente lecionando. A mantenedora deverá tentar preservar a carga horária do professor, quando possível seu remanejamento.
- c) Alteração da matriz curricular devidamente documentada frente ao órgão regulador do respectivo sistema de ensino, quando for o caso.
- d) Pedido do professor, com a concordância da mantenedora, para realização de cursos de seu interesse (ex. mestrado, doutorado);

Parágrafo primeiro: Ocorrendo a hipóteses elencadas na alínea “c” acima, e não sobejando nenhuma aula para o professor ministrar junto à mantenedora, as partes poderão acordar a colocação do mesmo em licença não remunerada, a qual poderá perdurar pelo período máximo de 1 ano letivo (2 semestres letivos, no caso de ensino superior), em conformidade ao que determina a cláusula 65ª da CCT 2018/2019; salvo nas hipóteses contidas na letra “d” supra, quando os prazos se estenderão pelo período de duração do respectivo curso.

Parágrafo segundo: Na hipótese contida na letra “d” supra, quando os prazos se estenderão pelo período de duração do respectivo curso, aplica-se o que determina a cláusula 66ª da CCT 2019/2020.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - JORNADA COMPENSATÓRIA

1. Jornada compensatória

Fica o Estabelecimento de Ensino autorizado a instituir a **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**, por expresse acordo coletivo de trabalho, para compensação de horas no mesmo mês.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

48. Intervalo para repouso e alimentação

É facultado a mantenedora estabelecer, mediante acordo coletivo de trabalho, intervalo para repouso e alimentação diverso do previsto na legislação, de acordo com a necessidade da empresa e do professor.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO ENTRE AULAS

49. Intervalo entre aulas

Após 03 (três) aulas consecutivas, é obrigatória a observância de um intervalo de 20 (vinte) minutos para os cursos diurnos, e de 10 (dez) minutos para os cursos noturnos vedados a prestação de serviço neste período.

Parágrafo primeiro – Ficam os estabelecimentos de ensino que se dedicam somente à educação infantil obrigados a conceder um intervalo de 15 (quinze) minutos para os/as professores/as que ministrarem aulas com jornada diária 6 (seis) horas consecutivas.

Parágrafo segundo – Ficam os estabelecimentos de ensino que se dedicam somente à educação infantil desobrigados da concessão do benefício previsto no caput desta cláusula.

Parágrafo terceiro – Caso os intervalos acordados sejam diferentes dos estabelecidos na CLT, deverão ser observados os mais benéficos ao empregado.

Parágrafo quarto – O empregador adotará, quando imprescindível, o sistema de áudio/acústica em suas respectivas salas de aula buscando minimizar os efeitos nocivos na utilização da voz por seus professores.

Faltas

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DESCONTO DE FALTAS

50. Desconto de faltas

Na ocorrência de faltas, a mantenedora poderá descontar da remuneração mensal do professor, no máximo, o número de aulas em que ele esteve ausente, o DSR (1/6), o planejamento e demais vantagens pessoais proporcionais a estas aulas.

Parágrafo primeiro - É da competência e de integral responsabilidade da mantenedora estabelecer mecanismos de controle de faltas e de pontualidade do professor, conforme a legislação vigente.

Parágrafo segundo - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horários de registro de ponto não excedentes de 5 (cinco) minutos, observando o limite máximo de 10 (dez) minutos diários, considerando apenas as batidas do começo e término da jornada de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTAS POR CASAMENTO OU LUTO

51. Abono de faltas por casamento ou luto

Não serão descontadas, no curso de nove dias corridos, as faltas do professor, por motivo de gala ou luto, este em decorrência de falecimento de pai, mãe, filho, cônjuge, companheira (o) e dependente juridicamente reconhecido

Parágrafo único – Não serão descontadas, no curso de dois dias corridos, as faltas do professor por motivo de falecimento de avô e avó, sogra, sogro, neto, neta

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E EQUIVALENTES

52. Congressos, simpósios e equivalentes

Os abonos de falta para comparecimento a congressos e simpósios serão concedidos mediante aceitação por parte da mantenedora, que deverá formalizar por escrito a dispensa do professor.

Parágrafo único - A participação do professor nos eventos descritos no caput não caracterizará atividade extraordinária.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - PROFESSOR REGENTE TURNO E DUPLO TURNO DE TRABALHO

56. Professor regente – Turno e duplo turno de trabalho

Tendo em vista as particularidades existentes ao trabalho dos professores regentes de educação infantil e de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, fica estabelecida a possibilidade de realização de contratos de trabalho por turno de trabalho e não por hora-aula, sendo este assim considerado o período diário de 4 (quatro) horas e 24 (vinte e quatro) minutos.

Parágrafo único– Caso haja interesse por parte da mantenedora e professor regente, poderá ser ajustado mediante documento escrito a possibilidade de realização de duplo turno de trabalho, desde que a jornada diária não exceda o limite de 8 horas e 48 minutos e duração semanal não exceda o limite de 44 (quarenta e quatro) horas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO INTERJORNADA

58. Intervalo Interjornada

Por mútuo consentimento, o intervalo do artigo 66 da CLT pode ser inferior a 11 horas, sendo no mínimo de 9 horas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - JANELAS

63. Janelas

Considera-se janela a aula vaga existente no horário do professor entre duas outras aulas ministradas no mesmo turno. O pagamento das janelas é obrigatório, devendo o professor permanecer à disposição da mantenedora nesses períodos, ressalvada a aceitação pelo professor, através de acordo formalizado entre as partes, homologadas pelo Sinpro, quando as janelas não serão pagas.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo à hipótese da ressalva supra e caso o professor seja solicitado esporadicamente a ministrar aulas ou a desenvolver qualquer outra atividade inerente ao magistério, no horário de janelas não-pagas, essas atividades serão remuneradas como aulas extra, com adicional de 30% (trinta por cento).

Parágrafo segundo– A aula vaga existente nos horários do professor entre duas outras aulas no mesmo turno, não serão consideradas “janelas”, se o Professor oferecer horários e dias incompatíveis para a quantidade de horas aulas contratadas.

Parágrafo terceiro – Se o professor concordar expressamente que a “janela” existente decorre de interesse pessoal dele, a mantenedora não estará obrigada a remunerar as janelas.

Sobreaviso

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS

55. Banco de horas

Fica instituído o **BANCO DE HORAS/COMPENSAÇÃO DE HORAS**, de forma que poderá ser dispensado o acréscimo de salário decorrente do excesso de horas prestadas em um dia, quando for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas e mediante as seguintes condições:

I – Ao final do período de apuração de 180 (cento e oitenta) dias, se houver saldo positivo de horas em favor do empregado, as horas extras remanescentes serão remuneradas com adicional de 50% sobre o valor da hora normal;

II – O período de apuração de 180 dias ocorrerá entre 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro de cada ano;

III – As horas prestadas em dias destinados ao descanso remunerado e feriado, serão incluídas no banco de horas de forma dobrada;

IV – Não serão incluídos no Banco de Horas, os dias destinados como recesso (entende-se como dias de recesso aqueles estipulados no Calendário Escolar que habitualmente ocorrem entre os semestres letivos - junho/julho);

V – Os mantenedoras que optarem pelo regime de Flexibilização da Jornada de Trabalho, deverão, obrigatoriamente, comunicar sua opção ao Sinepe/ES e ao Sinpro/ES, no prazo de 30 dias após adesão, firmado Termo de Adesão ao Acordo de Compensação, em formulário próprio, que deverá ser fornecido e homologado pelas entidades sindicais signatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

VI - A inobservância dos procedimentos previstas nesta cláusula implicará em sua desconstituição, aplicando-se a regras previstas no caput do Art., 59 da CLT.

VII – Desde que acordado com o Professor e a Instituição de Ensino, as horas registradas no Banco de Horas, poderão ser compensadas, excepcionalmente, em até 18 (dezoito meses), mediante acordo individual, firmado pelas partes.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIA DO PROFESSOR

47. Dia do Professor

Fica instituída a data de 15 de outubro como data consagrada ao Professor, sendo vedado o serviço neste dia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ACORDOS INDIVIDUAIS

53. Acordos individuais

É facultado ao Estabelecimento de Ensino firmar cláusula expressa de contrato individual de trabalho para estender a jornada diária de trabalho em número não excedente a duas horas extras.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ACORDOS COLETIVOS

54. Acordos coletivos

É lícito o acordo coletivo de trabalho firmado nos termos do Art. 611-A da CLT para impor efeito modificativo nas cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que haja concordância, conjunta e expressa do SINEPE/ES e o SINPRO/ES.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA

57. Intervalo intrajornada

Os estabelecimentos de ensino poderão adotar jornada de trabalho em 2 (dois) turnos, sem que o intervalo entre eles seja considerado tempo à disposição do empregador para qualquer fim, observando o intervalo mínimo entre jornadas de trabalho previsto no Art. 66 da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ATIVIDADES EXTRACLASSE

59. Atividades extraclasse

Para os professores que possuam sua contratação a base de horas-aula, fica assegurado o direito de receber a hora-aula acrescida de percentual de hora extra quando, embora não obrigado, for convocado a participar de atividades extraclasse, assim entendida como toda atividade que não se constitua em aula, e não prevista no parágrafo único da cláusula 1ª desta Convenção, desde que realizadas fora do seu horário normal de trabalho.

Parágrafo primeiro – Quando previsto no calendário acadêmico do período letivo, os professores poderão ser chamados, por até 10 horas/semestre, compensadas, para atividades previstas no Parágrafo único da Cláusula primeira desta CCT, e ainda, para reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamentos,

enfim, todas as ações inerentes a sua condição de professor.

Parágrafo segundo – Para os professores contratados como mensalistas (regime de carga horária fixa semanal) não existirá diferença entre a carga horária desenvolvida em sala de aula ou fora dela (extraclasse), haja vista que a remuneração ajustada já as remunera indistintamente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - TELETRABALHO HOME OFFICE

60. Teletrabalho – Home Office

O empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância e determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independente de formalização de aditivo ao contrato de trabalho.

Parágrafo primeiro – A alteração de que trata o caput será notificado ao empregado com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

Parágrafo segundo – As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, pela manutenção ou pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, serão tratadas livremente entre a Instituição de Ensino e Professor.

Parágrafo terceiro – A utilização de ferramentas ou dispositivos de comunicação de propriedade do Professor não dará ensejo à remuneração, podendo ser ajustado o reembolso de eventuais despesas comprovadamente realizadas, a critério das partes.

Parágrafo quarto – Na hipótese de o Professor não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância a Instituição de Ensino poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza salarial;

Parágrafo quinto – O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada contratual do Professor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobre aviso

Parágrafo sexto – Fica garantida a manutenção do Tíquete Alimentação previsto na Cláusula 35 para os Professores que estiverem em regime de Teletrabalho ou Home Office

Parágrafo sétimo – Para os Professores que estiverem integralmente em regime de Teletrabalho ou Home Office fica suspensa a concessão de vale transporte, previsto no Decreto nº. 95.247/87, abstendo-se, a Instituição de Ensino, de proceder o desconto respectivo na remuneração (desconto de até 6% sobre o valor do salário básico do Professor.

Parágrafo oitavo – O comparecimento eventual às dependências do empregador para realização de atividades específica que exijam a presença do Professor no estabelecimento escolar, não descaracteriza o regime de teletrabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - LAY OFF ARTIGO 476-A DA CLT

61. Lay Off – Artigo 476-A da CLT

A Instituição de Ensino poderá suspender o contrato de trabalho dos seus Professores para participar de cursos de aperfeiçoamento nos moldes previsto no artigo 476-A da CLT, a serem relacionadas em listagem definidas pelas Escolas e protocoladas junto ao Ministério da Economia. Superintendência do Trabalho, para concessão do benefício Bolsa Profissional, de que trata o artigo 1º da Resolução nº. 591, de 11 de fevereiro de 2009 do CODEFAT e artigo 17 da Lei nº. 14.020/2020, com duração de 1 (um) a 3 (três) meses, conforme as seguintes condições:

I – Os cursos de qualificação sejam realizados exclusivamente na modalidade não presencial, assegurando-se a qualidade pedagógica, carga horária compatível, estarem relacionados com as atividades da empresa e observarem a carga horária mínima de:

- a) sessenta horas para os contratos suspensos pelo período de um mês;
- b) cento e vinte horas para os contratos suspensos pelo período de dois meses;
- c) cento e oitenta horas para os contratos suspensos pelo período de três meses.

II – A frequência mínima exigida será de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas;

III – Os cursos oferecidos pela Instituição de Ensino deverão estar relacionados, preferencialmente, com as atividades educacionais e observar:

- a) mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) de ações formativas denominadas cursos ou laboratórios;
- b) até 15% (quinze por cento) de ações formativas denominadas seminários e oficinas.

IV – Durante o período de suspensão do contrato de trabalho os Professores receberão o valor correspondente a Bolsa de Qualificação Profissional paga através do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, seguindo os critérios estabelecidos em Lei.

V – O Estabelecimento de Ensino disponibilizará em suas instalações, estrutura com a devida segurança sanitária e proteção para evitar o contágio do COVID-19 (limpeza, álcool em gel, distanciamento mínimo), para que os Professores que não possuem computador, telefone ou equipamento, possam ter acesso ao sistema para acompanhamento das aulas *online* que serão disponibilizadas, devendo agendar os dias e horários em que irão participar para que se evite aglomeração e para melhor organização das atividades.

Parágrafo primeiro – A aceitação do Professor à habilitação ao programa previsto nesta Cláusula se dará

mediante assinatura de acordo individual entre a Instituição de Ensino e o Docente.

Parágrafo segundo – Diante das circunstâncias específicas envolvidas neste período de pandemia do Corona Vírus, as partes acordam a modificação do prazo previsto no §1º, do art. 476-A da CLT, para fins de notificação ao Sindicato Acordante relativamente às adesões ao programa e suspensões dos contratos individuais. Referida notificação ocorrerá com a antecedência mínima de 2 (dois) dias antes do início da suspensão contratual.

Parágrafo terceiro – A Instituição de ensino poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual, valor esse que será consignado no instrumento individual referido no parágrafo primeiro, caso exista.

Parágrafo quarto – Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus ao tíquete alimentação (no valor devido em março de 2020), Plano Odontológico e Seguro de vida

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DIREITO E USO DA IMAGEM E VOZ DO PROFESSOR

62. Direito e uso da Imagem e Voz do Professor

Diante do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto do Executivo nº 4.593-R, de 13 de março de 2020, e da necessidade de regular questões oriundas do direito e uso da imagem e voz do professor(a), bem como dos direitos patrimoniais/autorais e os direitos que lhe são conexos, sem prejuízo de subseqüente regulação convencional de outros aspectos das relações de trabalho, estabelecem os convenientes condições, nos termos dispostos abaixo.

Parágrafo primeiro - Em razão dos desdobramentos decorrentes do cenário relativo ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, os estabelecimentos de ensino poderão cumprir as horas / aula da seguinte forma:

- a) aulas síncronas, dentro da carga horária do professor, para seus alunos presentes na escola e alunos assistindo on-line, restrita e exclusivamente na(s) turma(s) em que o professor seja titular no ano letivo;
- b) gravação da aula dentro da jornada de trabalho do professor(a); ou,
- c) gravação da aula fora da jornada de trabalho do professor(a).

I – As aulas referidas nas alíneas “a” e “b”, pela circunstância de estarem incluídas na carga horária do professor, já se encontram remuneradas pelo salário por ele percebido, não gerando qualquer pagamento adicional, independentemente do número de vezes que a gravação for reproduzida para os alunos da mesma turma.

II - As gravações de aulas referidas na alínea “c”, restrita e exclusivamente para a(s) turma(s) de que o professor seja titular, serão remuneradas pelo valor da hora-aula normal; acima deste limite, serão remuneradas com adicional de 15% (quinze por cento)

III - As gravações de aulas referidas na alínea “c”, para utilização em outras turmas de outros professores da escola serão remuneradas com adicional de 30% (trinta por cento), com autorização do professor.

Parágrafo segundo - As partes reconhecem o direito a imagem e voz do Professor(a), os Direitos patrimoniais/autorais e os Direitos que lhe são conexos como invioláveis e de uso exclusivo deste, cabendo sua exposição e uso pela Instituição de Ensino somente mediante autorização individual e expressa do Professor(a). Os Estabelecimentos de Ensino quando do retorno das aulas presenciais, deverão formalizar por escrito, com o Professor(a), a referida autorização.

Parágrafo terceiro – A Instituição de Ensino, poderá editar, reeditar, tratar, recortar, agrupar ou de qualquer modo complementar o conteúdo autorizado, de forma lícita, para exibição.

Parágrafo quarto – O pagamento referido no parágrafo primeiro, inciso III, será devido, ao Professor(a), uma única vez, independentemente do número de vezes que a gravação for reproduzida.

Parágrafo quinto – O Direito de uso de imagem e voz dos Professores, bem como todo o conteúdo confeccionado a partir da decretação da pandemia Covid-19 até a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023, estão integralmente quitados, não podendo ser cobrado das Instituições de Ensino por qualquer motivo.

Parágrafo sexto – Os contratos ou termos aditivos de teletrabalho, firmados entre a Instituição de Ensino e Docente, que tenham por objeto o uso irrestrito e ilimitado, venda, cessão ou doação quanto à tiragem ou volume de distribuição, em qualquer espaço territorial, em qualquer idioma, da voz, imagem e direitos que lhes são conexos, sem a autorização expressa e a devida contraprestação ao Professor(a), deverão ser ajustados de acordo com a presente cláusula, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do retorno das aulas presenciais.

Parágrafo sétimo - Os termos constantes na presente cláusula visam a atender às circunstâncias excepcionais da presente pandemia da Covid-19, não devendo, pois, em qualquer hipótese, serem interpretados como precedente suscetível de parametrizar qualquer ultratividade.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - PERÍODO LETIVO E DE FÉRIAS

64. Período letivo e de férias

Para efeito de aplicação do parágrafo 3º do art. 322 da CLT, fica conveniado que o término do ano letivo se dará sempre no dia 31/12, sendo considerado como recesso escolar o período de 31 de dezembro de um ano a 31 de janeiro do ano seguinte, para os mesmos fins.

Parágrafo primeiro – Para efeitos de aplicação da indenização adicional prevista na legislação de regência, considerar-se-á protegida e abrangida a situação do professor que for avisado ou receber aviso prévio a partir de **15/12/2020 até 30/01/2020**, independentemente do período da sua duração e não se incluindo na hipótese, aqueles que receberem aviso prévio indenizado em data anterior a **15/12/2020**, e cuja projeção, trabalhada ou indenizada, ingresse no período declinado.

Parágrafo segundo – O professor/a demitido/a, mesmo que dispensado/a do cumprimento do aviso prévio, com projeção para o período de recesso escolar, terá direito à indenização dos salários até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo terceiro- Entre os períodos letivos no recesso escolar os professores poderão ser chamados 5 (cinco) dias úteis antes do início do referido período, respeitado a carga horaria do professor.

Parágrafo quarto – As instituições da rede particular de ensino poderão, resguardada a sua autonomia, no mês de julho e se previsto no calendário escolar, coincidir pelo menos 5 (cinco) dias úteis comuns sem atividades docente entre elas e as escolas do Estado. Para isto a SEDU deverá disponibilizar, para os possíveis ajustes, seu calendário acadêmico até o mês de agosto que antecede o ano letivo em questão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS

65. Férias

Fica autorizada a flexibilização dos prazos de aviso de concessão de férias, individual ou coletiva, aos trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento, para que o mesmo possa ocorrer com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ao invés dos prazos atualmente vigentes e previstos na CLT.

Parágrafo primeiro - A redução dos prazos aqui acordada perdurará por tempo indeterminado, sendo que os sindicatos acompanharão a emergência atualmente existente para em novo instrumento aditivo deliberarem sobre o retorno à situação contratual que vigia anteriormente à pandemia.

Parágrafo segundo – O pagamento da remuneração das férias, excepcionalmente, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao início do gozo das férias, não se aplicando o disposto no art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto -Lei nº 5.452 de 1943 e poderá optar pelo pagamento do abono constitucional de 1/3 (um terço) de férias após a sua concessão, até a data em

que é devida a gratificação natalina prevista no art. 1º da Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Parágrafo terceiro- Na hipótese de despesa do empregado, o empregador pagará, juntamente com o pagamento dos haveres rescisórios, os valores ainda não adimplidos relativos às férias.

Parágrafo quarto – As férias não poderão ser iniciadas aos domingos, feriados, dias de compensação do descanso semanal remunerado.

Parágrafo quinto– Também terá direito às férias de trinta dias corridos nos períodos estabelecidos no caput, o professor que, além de ministrar aulas, tenha cargo de confiança ou exerça outras atividades na mantenedora. Caso o exercício da atividade administrativa impossibilite a concessão de férias nos termos do caput, as férias anuais desse professor poderão ser gozadas em mais de um período.

Parágrafo sexto – Na hipótese da divisão das férias anuais do professor nos termos do parágrafo anterior, um dos períodos não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, sendo proibido o exercício de qualquer atividade nesses períodos.

Parágrafo sétimo – Havendo coincidência entre as férias coletivas e o período de afastamento legal da gestante, as férias serão obrigatoriamente concedidas no término da licença-maternidade.

Licença Remunerada

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DOS/AS PROFESSORES/AS DURANTE A PANDEMIA

66. Suspensão do contrato de trabalho dos/as professores/as durante a pandemia

Durante o período de pandemia, o contrato de trabalho do Professor, desde que acordado, poderá ser suspenso não sendo devido pela Instituição de Ensino: salários, depósitos referentes ao FGTS, bem como a obrigação de recolhimentos previdenciários e os benefícios previstos nessa Convenção Coletiva de Trabalho, exceto aqueles discriminados no parágrafo segundo dessa cláusula.

Parágrafo primeiro - O tempo em que o contrato de trabalho estiver suspenso não deverá ser utilizado para cálculo de pagamento das verbas decorrentes do contrato de trabalho, mormente férias proporcionais, 13º salário proporcional, tempo de serviço para aposentadoria etc.

Parágrafo segundo – No período em que o contrato do Professor estiver suspenso a Instituição de Ensino está obrigada a manter ativo o Plano Odontológico, o Seguro de Vida e o Tíquete Alimentação, esse [tíquete alimentação] no mesmo valor do que devido ou pago aos Professores no mês de março de 2020.

Parágrafo terceiro – No período de afastamento o Professor está obrigado a arcar com todos os descontos por ele autorizados, bem como o pagamento do Plano de Saúde ou qualquer outro benefício cuja obrigação é exclusiva ou parcial do Docente.

Licença Aborto

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DOS/AS PROFESSORES/AS

67. Suspensão do contrato de trabalho dos/as professores/as

O contrato de trabalho do professor que, em virtude do posicionamento de sua disciplina na grade curricular do curso onde leciona aulas em apenas um semestre por ano, fica suspenso, naquele em que não houver a disciplina, não sendo devido pela Mantenedora: salários, tíquete alimentação, plano odontológico, depósitos referentes ao FGTS, bem como a obrigação de recolhimentos previdenciários.

Parágrafo primeiro - O tempo em que o contrato de trabalho estiver suspenso não deverá ser utilizado para cálculo de pagamento das verbas decorrentes do contrato de trabalho, mormente férias proporcionais, 13º salário proporcional, tempo de serviço para aposentadoria etc.

Parágrafo segundo - Ao término do período de suspensão, previsto no CAPUT desta cláusula, e durante o período de 1 (um) mês, caso o docente seja dispensado injustamente, lhe será assegurado para efeitos de cálculos rescisórios a contagem do tempo de serviço, na forma do parágrafo 1º, e multa compensatória no valor de 1 (uma) remuneração mensal do/a docente.

Parágrafo terceiro – No período de afastamento não será devido ao professor nenhum benefício previsto nessa Convenção Coletiva, e ele está obrigado a arcar com todos os descontos autorizados, bem como o pagamento do Plano de Saúde ou qualquer outro benefício cuja obrigação é exclusiva ou parcial do Docente.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR INICIATIVA DO/A PROFESSOR

68. Suspensão do contrato de trabalho por iniciativa do/a professor

Será assegurada a suspensão do contrato de trabalho, pelo período de dois semestres letivo, ao/à docente que requerer até 60 (sessenta) dias do início de cada período letivo, com a finalidade de frequentar curso de aperfeiçoamento ou especialização ligado à atividade educacional, obedecido o critério de um/a professor por disciplina.

Parágrafo primeiro – O tempo em que o contrato de trabalho estiver suspenso não deverá ser utilizado para cálculo de pagamento das verbas decorrentes do contrato de trabalho, mormente férias proporcionais, 13º salário proporcional, tempo de serviço para aposentadoria, ou para qualquer outro efeito, inclusive legal.

Parágrafo segundo - A licença ou sua prorrogação deverá ser comunicada por escrito, à mantenedora, com antecedência mínima de sessenta dias do período letivo, devendo especificar as datas de início e término do afastamento. A licença só terá início a partir da data expressa no comunicado, mantendo-se, até aí, todas as vantagens contratuais. A intenção de retorno do professor à atividade deverá ser comunicada à mantenedora, no mínimo, sessenta dias antes do término do afastamento.

Parágrafo terceiro - O término do afastamento deverá coincidir com o início do período letivo.

Parágrafo quarto - O professor que tenha ou exerça cargo de confiança deverá, junto com o comunicado de licença, solicitar seu desligamento do cargo a partir do início do período de licença.

Parágrafo quinto - Considera-se demissionário o professor que, ao término do afastamento, não retornar às atividades docentes.

Parágrafo sexto – No período de afastamento não será devido ao professor nenhum benefício previsto nessa Convenção Coletiva, e o mesmo está obrigado a arcar com todos os descontos autorizados, bem como o pagamento do Plano de Saúde ou qualquer outro benefício cuja obrigação é exclusiva ou parcial do Docente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - LICENÇA PATERNIDADE

69. Licença paternidade

A licença paternidade terá duração de cinco dias corridos, incluindo o dia do parto.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - UNIFORMES

70. Uniformes

A mantenedora deverá fornecer gratuitamente, no mínimo, dois uniformes por ano, quando o seu uso for exigido.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - PRESENÇA DO SINPRO NAS ESCOLAS

72. Presença do Sinpro nas escolas

Fica assegurado ao Sinpro/ES o direito de afixação de cartazes, avisos e de fazer comunicações nas salas dos professores por pessoa autorizada entre aquele órgão de classe e seus associados; sendo vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja. As datas e horários sujeitos a entendimento prévio com a mantenedora.

Representante Sindical

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - ASSEMBLEIAS GERAIS DO SINDICATO

73. Assembleias gerais do sindicato

Os estabelecimentos de ensino concederão dispensa remunerada para o comparecimento dos/as docentes 01 (uma) Assembleia Geral Extraordinária do Sinpro/ES, convocada por edital publicado em jornal de circulação estadual, no dia 18 de dezembro de 2020 e 18 de novembro de 2021, das 17 às 20 horas, para análise das propostas a serem apresentadas à representação patronal para vigência em 01/03/2021 e 01/03/2022, respectivamente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO LABORAL

74. Da contribuição laboral

Comprometem-se os Estabelecimento de Ensino de qualquer nível ou modalidade, a efetuar os descontos nos salários de seus professores empregados e repassar ao Sinpro/ES até o 10º dia útil do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo primeiro – O Sinpro informará ao Sinepe os valores e critérios aprovados em Assembleia devidamente convocada para este fim: 1%.

Parágrafo segundo – Os descontos mencionados deverão estar em consonância com critérios e valores aprovados em Assembleia Geral convocada com fim específico e/ou Legislação vigente.

Parágrafo terceiro – Multa de 2% da remuneração de cada professor contratado, em caso de descumprimento e por mês, sem limitação.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

75. Da contribuição para aprimoramento profissional

Para efeitos do aprimoramento dos profissionais e relações sindicatárias as instituições de ensino se comprometem, excepcionalmente, neste ano de 2021, a repassar ao sindicato profissional o valor correspondente a 4% de sua folha bruta apurado na competência março de 2021, em duas parcelas de igual valor, com vencimentos em 15 abril/2021 e 15 de maio/2021.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

76. Da contribuição assistencial patronal

As Mantenedoras recolherão ao Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo – Sinepe/ES via banco, até 30 de setembro de 2020, a título de Contribuição Assistencial Patronal, com base no artigo 513, alínea “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, importância correspondente a 5% (cinco por cento) da folha de pagamento do mês de competência março/2020, ficando isentos os sócios em dia com a contribuição social - conforme deliberado e aprovado em Assembleia Extraordinária realizada em 11/12/2019, com edital de convocação publicado em 04/12/2019, no jornal “A Tribuna”.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA CONFEDERATIVO PATRONAL

77. Da contribuição para o sistema confederativo patronal

As Mantenedoras recolherão ao Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo – Sinepe/ES via Banco, a título de Contribuição para o Sistema Confederativo, com base no artigo 513, alínea “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, referendada em Assembleia Geral do Sinepe/ES, o valor de um salário mínimo, que poderá ser pago em duas parcelas de 50% (cinquenta por cento), sendo a primeira em maio de 2020 e a segunda em setembro de 2020 - conforme deliberado e aprovado em Assembleia Extraordinária realizada em 11/12/2019, com edital de convocação publicado em 04/12/2019, no jornal “A Tribuna”.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA INSTITUCIONAL PATRONAL

78. Da contribuição para o sistema institucional patronal

As mantenedoras, associados ou não ao Sinepe/ES, recolherão ao Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo – Sinepe/ES, via banco, até 28 de fevereiro de 2020, a Guia de Contribuição Institucional, conforme deliberado e aprovado em Assembleia Extraordinária realizada em 11/12/2019, com edital de convocação publicado em 04/12/2019, no jornal “A Tribuna”.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - A CONVENÇÃO E INFORMAÇÕES

71. A convenção e informações

Fica o estabelecimento de ensino obrigado a manter um exemplar desta Convenção na Secretaria de cada unidade escolar, à disposição dos professores, para consulta.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS

79. Representação dos empregados

Nos termos desta CCT, e por mútuo acordo, não haverá Comissão de Empregados Representantes.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - NEGOCIAÇÃO DE NOVA CONVENÇÃO

80. Negociação de nova convenção

Comprometem-se as partes a negociar a nova Convenção Coletiva para vigorar no período 2022/2023 a partir 01 de novembro de 2022.

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - FÓRUM DE CONCILIAÇÃO COLETIVA

81. Fórum de conciliação coletiva

As representações sindicais instituem, por este instrumento coletivo de trabalho, um Fórum de Conciliação Coletiva, formado por 1 (um) representante de cada entidade, sendo membros natos os respectivos Presidentes, onde os conflitos de interesses coletivos,

de um modo geral, e os problemas decorrentes da aplicação desta e de anteriores convenções coletivas, em particular, serão levados para tentativa de conciliação e acordo.

I - O Fórum será composto pelo presidente de cada entidade, ou quem por ele for designado, podendo este ser associado ou assessor técnico.

II - As demandas concernentes a conflitos serão obrigatoriamente levadas ao conhecimento prévio do

Fórum instituído no *caput*, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para tentar a conciliação entre as partes.

III - Comprometem-se os Sindicatos signatários a não procurar a tutela jurisdicional antes de levarem os eventuais problemas à apreciação do Fórum instituído no *CAPUT* desta cláusula.

IV - Os estabelecimentos de ensino que, comprovadamente, encontrarem dificuldades em cumprir as normas estabelecidas nesta Convenção terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua assinatura para solicitar a redução de seus encargos normativos, cabendo à parte interessada apresentar os documentos comprobatórios do requerimento.

V - O Fórum de Conciliação Coletiva terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável 01 (uma) única vez, por igual período, para discutir os requerimentos de que trata o parágrafo 4º desta cláusula.

VI - As demandas serão formuladas diretamente pelos interessados, através de comunicação escrita feita por qualquer dos Sindicatos signatários desta norma coletiva.

VII - Havendo acordo, será lavrado o Termo de Conciliação Coletiva, em, no mínimo, três vias, assinado pelo empregador ou seu preposto, pelo SINPRO/ES e pelos membros da Comissão, constando o nome das partes, a discriminação do objeto demandado e o resultado da avença, com as suas condições e prazos, fornecendo-se uma via a cada Sindicato e outra ao empregador.

VIII- O Termo de Conciliação Coletiva Extrajudicial constituirá título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória quanto ao objeto da demanda.

IX - Não havendo conciliação, o Fórum fornecerá aos interessados, declaração de tentativa de conciliação frustrada, com descrição de seu objeto, que deverá ser anexada às eventuais reclamações trabalhistas.

X - Os casos omissos com relação ao Fórum serão dirimidos em reuniões entre o SINEPE/ES e o SINPRO/ES.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

82. Comissão de conciliação prévia

Fica mantida, no âmbito dos Sindicatos convenentes, a Comissão de Conciliação Prévia, instituída desde agosto de 2000, objetivando tentar conciliar o conflito individual de trabalho nos termos da lei. 9.976/2000.

Parágrafo único - Nenhuma Comissão Prévia de Negociação será criada no nível da empresa sem a participação dos Sindicatos convenentes.

I - A Comissão será composta de 01 (um) representante titular e seu respectivo suplente, para cada bancada, indicados por escrito, pelos respectivos Sindicatos convenentes.

Parágrafo primeiro - Os membros titulares ou suplentes da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Parágrafo segundo - Sendo necessária a substituição de qualquer membro, titular ou suplente, o substituto deverá ser indicado.

Parágrafo terceiro - As indicações ou substituições serão sempre realizadas por meio de troca de correspondência entre os Sindicatos convenentes.

II - Não haverá qualquer hierarquia, nem subordinação entre os membros da Comissão. A Comissão atuará em todos os casos em que o empregado ou a empresa manifestar interesse em apresentar demanda.

III - As sessões de tentativa de conciliação poderão ser iniciadas com a presença de, no mínimo, 02 (dois) membros, observadas a paridade, e das partes interessadas.

Parágrafo único - Empregado e empregador comparecerão à sessão de tentativa de conciliação para a qual tenha sido convocado, podendo fazer-se representar por preposto expressamente autorizado a conciliar.

IV - Poderão ser submetidas à Comissão, demandas:

a) durante a vigência do contrato de trabalho, inclusive quando for de conveniência das partes sua alteração;

b) após a dissolução do vínculo empregatício, observado o prazo prescricional;

c) todas as homologações de rescisões contratuais onde forem apostas quaisquer ressalvas pelo empregado

ou seu representante legal e pelo órgão do Ministério do Trabalho;

V - As demandas serão formuladas diretamente pelos interessados ou por seus procuradores, por escrito ou reduzidas a termo por qualquer dos membros da Comissão, na forma do artigo 625-D, da CLT.

VI - Recebida a demanda mediante protocolo, a Comissão, desde logo, designará dia e hora para a realização da sessão de tentativa de conciliação, dando ciência ao demandante. No prazo de 15 (quinze) dias, dará ciência, por meio inequívoco, dessa designação à parte contrária, acompanhada do teor da demanda.

Parágrafo primeiro - A Comissão terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da apresentação da demanda, para a realização da sessão de tentativa de conciliação.

Parágrafo segundo - Esgotado o prazo de quarenta e cinco dias de que trata o parágrafo anterior, o não comparecimento de qualquer das partes à sessão de tentativa de conciliação será considerado como conciliação frustrada.

VII - Havendo acordo será lavrado o Termo de Conciliação, em, no mínimo, quatro (4) vias, assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, constando o nome das partes, a discriminação do objeto demandado, o resultado da avença, com as suas condições e prazos, fornecendo-se uma via ao empregado e outra ao empregador.

Parágrafo único - O Termo de Conciliação Extrajudicial constituirá título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas nele expressamente ressalvadas.

VIII - Não havendo conciliação, a Comissão fornecerá aos interessados declaração de tentativa conciliatória frustrada, com a descrição de seu objeto, que deverá ser anexada à eventual reclamação trabalhista.

IX - As despesas com a manutenção e o funcionamento da Comissão serão rateadas em partes iguais entre os sindicatos convenientes.

X - A execução judicial de acordo não cumprido será promovida na Justiça do Trabalho, de conformidade com o estabelecido nos artigos 876 e 876-A, da CLT.

XI - Os Sindicatos convenientes darão ampla divulgação da criação da presente Comissão às categorias representadas.

XII- A Comissão será instalada no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura desta Convenção.

XIII - Os casos omissos com relação à CCP serão dirimidos em reuniões entre o SINPRO/ES e o SINEPE/ES

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA - PROFISSÃO

83. Abrangência - profissão

Esta Convenção abrange a categoria econômica dos estabelecimentos particulares de ensino do Estado do Espírito Santo, aqui designados como MANTENEDORA e a categoria profissional diferenciada dos professores, dos professores de todos os níveis e etapas da educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico profissionalizante, cursos livres e idiomas), educação de jovens e adultos, educação à distância em qualquer modalidade, ensino superior (bacharelado/licenciatura e sequencial/tecnólogo), pós-graduação/especialização, mestrado e doutorado, que compõem o grupo primário e secundário da CNTEEC, com abrangência territorial em ES, aqui designada simplesmente como PROFESSOR.

Parágrafo único – A categoria dos PROFESSORES abrange todos aquele/a cuja função for, com habilitação legal, apropriada e adequada ao nível de ensino, que desempenha, dentre outras, as suas funções de ensino, pesquisa, extensão, orientação, planejamento pedagógico e avaliação e desempenho da aprendizagem do aluno ministrada nas aulas práticas e teóricas. Participa de reuniões com a comunidade escolar desenvolvendo e disseminando o Projeto Pedagógico da Instituição. Desenvolve, em sala de aula ou fora dela, atividades de professor/a de acordo com a legislação de ensino.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

87. Multa por descumprimento da Convenção

O descumprimento do disposto desta Convenção obriga a parte infratora ao pagamento da multa mensal de importância correspondente a 5% (cinco inteiros por cento) sobre o valor da parcela devida, por empregado, em favor do empregado, quando se tratar de direito do mesmo, e em favor das entidades sindicais representativas prejudicadas, quando se tratar de direito dessas, sem prejuízos das demais sanções previstas nesta Norma Coletiva de Trabalho.

Parágrafo único – A multa prevista nesta cláusula somente será aplicada após a submissão da demanda ao Fórum/Comissão de Conciliação Coletiva, e se a tentativa de conciliação se der frustrada.

Outras Disposições

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA - MEDIDA PROVISÓRIA 927/2020

Relações Jurídicas Instauradas

84. Medida Provisória 927/2020

Diante da perda de vigência da Medida Provisória 927/2020 e tendo em vista as importantes questões trazidas por esse instrumento normativo, acordam as partes que as relações jurídicas instauradas no período de sua vigência e segundo suas regras, são consideradas integralmente válidas, ainda que seus efeitos venham a se materializar em momento posterior, como no caso das regimes especiais de banco de horas, onde o ajuste firmado validamente durante o período de vigência da Medida Provisória MP 927/2020 possibilita que se realize o regime de crédito de horas extras durante todo o período em que perdure o estado de calamidade pública, com a possibilidade de compensação em até 18 (dezoito) meses após sua cessação.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUINTA - ACORDOS LEI 14.020/2020

85. Acordos – LEI 14.020/2020

As partes estipulam que para as finalidades inscritas na MP 936/2020 e na Lei 14.020/2020, fica autorizada a realização de acordos de redução e de suspensão pela via do acordo individual em qualquer faixa salarial, com a necessária comunicação deles ao sindicato nos termos e prazos previstos nesses dispositivos legais.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA - DO NOVO CORONAVÍRUS [COVID-19]

86. Do novo coronavírus [Covid-19]

A determinação de responsabilidades em face de eventual contaminação de empregado pelo coronavírus (covid-19) dependerá de averiguação de seu nexos de causalidade, não sendo aplicável à espécie a responsabilidade objetiva, a presunção de contaminação ou a presunção de tratar-se doença ocupacional”.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO INTERSINDICAL

88. Comissão Intersindical

Fica instituída no âmbito desta Convenção Coletiva de Trabalho *Comissão Tripartite*, formada por

representantes do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Espírito Santo – *Sinepe/ES*;
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Espírito Santo – *SindEducação/ES*;
Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo – *Sinpro/ES*.

Parágrafo primeiro – A atuação da Comissão está limitada à avaliação e credenciamento de empresas prestadoras de serviços para atender aos benefícios sociais previstos nesta Norma Coletiva de Trabalho.

Parágrafo segundo – A Comissão se reunirá por convocação de qualquer de seus integrantes, desde que tenha quórum mínimo de 50% de presença das entidades sindicais que o integram.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA OITAVA - ADEQUAÇÃO DE ORDEM

89. Adequação de ordem

Considerando que por ocasião do arquivamento no Ministério do Trabalho e Emprego em Vitória/ES a ordem das Cláusulas conveniadas entre o Sindicato Profissional e Econômico poderá ser alterada, fica acordado que prevalecerá a ordem, denominação e objeto de cada cláusula e não aquela estabelecida pelo Órgão do Ministério do Trabalho depositário da presente convenção.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA NONA - DURAÇÃO

90. Duração

Esta Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de dois anos, com vigência de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022, e a data-base da categoria em 1º de março.

Parágrafo primeiro – Os benefícios concedidos nesta convenção coletiva são derivados de concessões entre as partes em um contexto específico de um ambiente sócio econômico, e em nenhuma hipótese aderem aos contratos de trabalhos vigentes ou que venham a existir no período de validade deste instrumento, extinguindo-se em 28/02/2022, mesmo que venham a ser renovados por nova Convenção Coletiva.

KELEM MOTTA VARGAS LONGUI
Diretor
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ERIKA PITERES

Secretário Geral
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

JULIANO PAVESI PEIXOTO
Presidente
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

PAULA JENAINA COSTA
Diretor
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

JONAS RODRIGUES DE PAULA
Tesoureiro
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

RUBENS MOTA LISBOA
Diretor
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

SILVANA DE AZEVEDO CRUZ
Vice-Presidente
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

BRUNO LOYOLA DEL CARO
Tesoureiro
SINDICATO DAS EMPRESAS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
- SINEPE/ES

MOACIR LELLIS
Presidente
SINDICATO DAS EMPRESAS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
- SINEPE/ES

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES QUE DELIBEROU A CONVENÇÃO

COLETIVA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.